

# 14º ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO

## Tema: Serviços Educacionais e Direitos dos Consumidores

Secretaria de Estado de Educação  
de Minas Gerais

5 de abril de 2018

### **PROGRAMAÇÃO:**

**13:30 - Credenciamento (20 min)**

**13:50 - Abertura (10 min)**

Amauri Artimos da Matta, Promotor de Justiça e Coordenador do Procon-MG  
Hélvio de Avelar Teixeira, Presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais  
Zuleica Reis Ávila, Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais

**14:00 - Palestra: Serviços Educacionais e Direitos dos Consumidores – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2h)**

**Expositores:**

Ivonice Maria Rocha - Assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.  
Marco Antônio de Resende – Atuante na Diretoria de Planejamento do Atendimento Escolar.  
Valdêmia Barbosa de Almeida Moreira – Atuante na Diretoria de Funcionamento e Regularidade da Escola.

**16:00 - Intervalo (30 min)**

**16:30 - Esclarecimento de dúvidas (1h30)**

**18:00 - Encerramento**

## Público-alvo

Órgãos e entidades civis de defesa do consumidor, advogados, estudantes de direito e demais interessados no tema.

## Local

**Auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Av. Álvares Cabral, 1.690, 1º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG

**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*TRANSCRIÇÃO DO*

**ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO**

**TEMA: SERVIÇOS EDUCACIONAIS E DIREITOS DOS CONSUMIDORES.**

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS**

**ESCOLA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR/PROCON-MG**

**05 de abril de 2018**

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Dizer que esse evento é um evento que já acontece desde o ano passado, ele é intitulado Consumo e Regulação. Quer dizer, é um evento em que a gente convida autoridades, integrantes do poder público para falar um pouquinho sobre assuntos que envolvem a defesa do consumidor, o direito dos consumidores e é um evento muito interessante porque a gente tem um tempo necessário para exposição e depois dialoga com vocês, com o público.

E, para vocês terem ideia, o ano passado nós conseguimos trazer todas as agências reguladoras, todas vieram, inclusive o Banco Central participou, inclusive com o diretor, o diretor do Banco Central fez questão de vir para esse evento. É um evento que tem uma peculiaridade que é diferente dos outros, os outros eventos, normalmente, são palestras corridas e pouco tempo para a gente dialogar. E esse aqui é o contrário, esse aqui tem o tempo necessário e a gente acredita que esse seja, assim, um diferencial, porque o mais importante é o público, é a plateia dialogar também com os palestrantes.

Esse evento surgiu de uma necessidade, a gente tem percebido que as Promotorias do interior, elas têm, cada vez mais, se aproximado das superintendências regionais no tema que é importantíssimo, que diz respeito, por exemplo, a uma escola funcionar, não ter autorização das superintendências e depois os estudantes, ao final do curso, não terem o seu diploma, porque a escola funcionou de uma forma irregular. Então, pensando nisso e em várias questões que vêm surgindo do interior, a gente achou por bem de convidar a superintendência, a Secretaria de Educação para falar um pouquinho sobre como funciona essa organização do ensino, as escolas privadas com relação à Educação Básica, que envolve Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como isso acontece em termos de autorização, em termos de estruturação.

Qual que é o papel da Secretaria de Educação e, conseqüentemente, quais são as expectativas que nós, enquanto alunos, pais de alunos, temos em relação a esses serviços. O que, eventualmente, a gente possa... seja de interesse que os pais e os alunos precisam conhecer. Fizemos uma reunião na Secretaria de Educação, achamos por bem de convidar também o Conselho Estadual de Educação e o Sindicato de Escolas Particulares. Então, é com muito prazer que a gente recebe todos vocês aqui. Eu gostaria de convidar, então, para participar na Mesa, como palestrantes, a Profa. Ivonice Maria Rocha que é a assessora da Profa. Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** O Prof. Marco Antônio de Resende que é responsável pela Diretoria de Planejamento do Atendimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** A Profa. Valdêmia Barbosa Almeida Moreira que é responsável pela Diretoria de Funcionamento e Regularidade da Escola, da Superintendência de Organização e Atendimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Da mesma forma, nós gostaríamos de convidar da Profa. Zuleica Reis Ávila, que é economista, presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais, o Sinep/MG.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É diretora administrativa do Colégio Santa Dorotéia, onde começou a trabalhar em 81. Participa desde 95 da diretoria do Sinep/MG ocupando o cargo de vice-presidente da instituição de 2008 a 2017.

E também, o Prof. Hélivio de Avelar Teixeira que é presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Com larga experiência em gestão acadêmica e docência, avaliação e análise de cursos em instituições de ensino superior, consultoria e avaliação de empresas de variados portes e áreas de atuação. É professor de pós-graduação e graduação; tutor da empresa júnior(F), coordenador do Núcleo de Marketing, Pesquisa de Estratégia e Empreendedorismo. Avaliador institucional de cursos de graduação presencial e a distância, bacharelado, tecnólogo e sequenciais. Pesquisador na área de estratégia, marketing e comportamento do consumidor. Professor de diversas disciplinas na pós-graduação *latu sensu*.

Então, nós temos aqui a Secretaria de Educação, Secretaria Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Educação e o Sindicato das Escolas Particulares. Quer dizer, o setor da educação, ele está aqui presente, o que a gente deseja é que todos fiquem bem à vontade para que a gente tenha uma tarde muito profícua, muito boa para todos nós, que sempre, sempre precisamos de informação.

A dinâmica que a gente gostaria de encaminhar seria qual? O tema seria Serviços Educacionais e Direitos dos Consumidores, né? E a gente queria encaminhar da seguinte forma, uma fala da Secretaria de Educação através de seus representantes, na sequência, a gente teria a participação do Sinep para fazer também os seus comentários, que fossem de interesse em relação ao tema. Na sequência, o Sr. Hélivio, Prof. Hélivio, presidente do Conselho Estadual de Educação. E aí, depois, a gente teria a fase de perguntas e respostas.

E aí ficando livre aos integrantes da Mesa, naquilo que for pertinente a sua área de atuação, a possibilidade de responder. Então eu passaria, então, a palavra para a Profa. Ivonice Maria Rocha, seria nessa ordem? Seria, né? A Profa. Ivonice Maria Rocha, então, para iniciar a fala da Secretaria da Educação.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Boa tarde a todos. É um prazer imenso a gente ter a oportunidade de estar aqui nessa boa conversa, é uma boa prosa, sobre questões educacionais, nessa tarde de hoje com vocês. É um prazer imenso atender esse convite, em nome da secretaria que a gente diz isso para todos vocês. Então, o meu nome é Ivonice, eu trabalho na Secretaria de Estado de Educação, como já foi apresentado, na assessoria na Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

E o nosso objetivo primeiro, aqui, é dizer para vocês, contar um pouco para vocês essa dimensão da secretaria, como, aonde a gente atua, o objetivo dessa secretaria nesse sentido de desenvolvimento, planejamento das ações educacionais no estado de Minas Gerais. Então, o que é a secretaria, onde estamos e como se forma e como ela se constitui dentro da dimensão estado de Minas Gerais?

A Secretaria de Estado de Educação, ela tem uma dimensão e uma organização com o objetivo de descentralização e aproximação às unidades, à territorialidade, aos municípios, o melhor atendimento à população naquele lugar onde está, no seu território. A Secretaria de Estado de Educação, hoje, ela tem uma capilaridade de atender todos os municípios, praticamente,

um município apenas que não envolve a ação da Secretaria de Estado de Educação, que a gente não tem escola estadual dentro dele, pequeno, mas os outros todos, a Secretaria de Educação tem uma ação nesses municípios para organizar essa dinâmica e a descentralização e o melhor atendimento enquanto uma gestora educacional.

O estado de Minas, ele é dividido em 47 superintendências regionais, que estão ali e cada uma com o objetivo, observando e atuando, tanto no desenvolvimento das ações, das políticas pensadas pela educação e atendendo melhor, tanto aos municípios, às escolas da rede estadual, as escolas, também, quando da rede municipal, quando precisa. Porque a gente, nesse conjunto dos municípios, nós temos poucos municípios, Valdêmia vai te falar isso, eu vou deixar para o espaço dela, porque são poucos municípios que a gente tem na nossa... no território Minas Gerais, que já se organizaram enquanto sistema, têm sistema próprio. Então, quando o município não tem o sistema, também tem esse espaço de atuação e colaboração da Secretaria de Estado de Educação naquilo que for necessário. Então, nós temos aí, 47 Superintendências Regionais de Ensino.

Qual é a finalidade da Secretaria de Educação? Então, ela tem, no desenvolvimento das ações educacionais e aí a gente precisa deixar um espaço resguardado aqui também, porque a ação educacional também está bem próxima daquela ação que envolve ao desenvolvimento da escolaridade dos cidadãos, dos sujeitos, né? Esse desenvolvimento integral, mas que também puxa pelo tom da escolaridade, que é a educação formal. Então, nós vamos ter aqui a finalidade dela: planejar, executar, controlar, avaliar as ações que são específicas desse setor que estão a cargo do estado.

Relativas ao quê? À garantia e à promoção da educação com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. E, também, a redução das desigualdades regionais, a equalização de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural. Então, todas as ações da secretaria que estejam localizadas dentro do viés Educação Básica e também a educação profissional, né, Valdêmia? Porque a gente também trabalha com a educação profissional, não é específico, mas também atendemos e orientamos no planejamento e na oferta nessa formação integral das pessoas com vistas ao exercício da cidadania.

Na Secretaria de Estado de Educação, nós vamos ter três subsecretarias... ela é dividida em quatro subsecretarias. A Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, onde nós temos todas as ações pedagógicas relacionadas diretamente ao que a gente chama de área-fim e as demais subsecretarias, de informações tecnológicas e tecnologias educacionais que vai tratar de todo o sistema de informação educacional da Secretaria de Estado de Educação.

A Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos, cuja pasta tem o objetivo de fazer o gerenciamento de toda a situação funcional, carreiras, evolução dos profissionais das escolas da rede, que compõem a rede estadual de ensino, né? E a Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional. Essa subsecretaria, ela vai ter aí o objetivo, como objetivo maior o tratamento, cuidado, as políticas, o desenvolvimento das políticas e das ações relacionadas à infraestrutura, atendimento ao aluno, está ligado ao funcionamento e regularização da escola, no sentido da infraestrutura, alimentação escolar, transporte escolar, rede física, tudo isso está dentro dessa Subsecretaria de Administração.

E aí, como a Valdêmia está dizendo, questão das descentralizações que são feitas para a própria caixa escolar, então, tudo está ligado dentro dessa Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional. E as 47 Superintendências Regionais de Ensino, todas elas estão ligadas a essas

subsecretarias. Assim como temos aqui, elas também têm, na sua subdivisão, setores relacionados a esta dinâmica da organização, funcionamento e desenvolvimento das ações educacionais.

O nosso foco aqui volta, nesse primeiro momento, para a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, cuja subsecretária, hoje, é a Profa. Augusta Aparecida Neves de Mendonça. Essa subsecretaria, ela tem aí, por objetivo, definir e coordenar a implantação das ações que constituem a política educacional do estado de Minas, no que se refere à avaliação, ao desenvolvimento, à avaliação, diversos níveis e modalidades. Então, aqui dentro a gente vai ter: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional, os cursos de educação regulares, que aí eu vou chamar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, a Educação Indígena, a Educação do Campo, a Educação Quilombola.

Nós vamos ter organização também, a organização de formação de professores pelo curso normal e todas outras ações que envolvem aí, e até em parcerias com outras secretarias, no sentido de atendimento ao desenvolvimento das ações educacionais no estado. E também a gestão educacional e o atendimento da escola como um todo. Então, esse é o conjunto de ações e daí nós vamos ter vários subprojetos e subações e subdivisões dentro dessa própria secretaria, dessa própria subsecretaria para atender as demandas e as necessidades da política desenvolvida, certo?

Dentro dessa subsecretaria, que aqui é o nosso foco, também nós vamos ter a Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, que é a SOE. A SOE é o setor da secretaria que tem por objetivo: cuida do planejamento, da organização, desenvolvimento das ações voltadas para a universalização dessas oportunidades educacionais que compõem a ação, a política de ação da secretaria nesse sentido.

Então, aqui nós vamos ter toda a organização do planejamento e atendimento dos diversos níveis educacionais e dos cursos que são ofertados na rede de educação, na rede estadual de ensino, o funcionamento das escolas estaduais e não só das estaduais, mas porque aqui dentro também a gente tem um viés de proximidade, de conversa muito forte com outros setores ou outros entes, rede privada também.

A gente também, essa superintendência também atua na orientação e no acompanhamento sempre que é demandado, né, Valdêmia, né, Marco Antônio? As autorizações das escolas da rede privada. Também passamos pelos sistemas municipais, como eu falei para vocês, quando o sistema, ele não é ainda... a rede municipal não se organizou enquanto sistema, tem uma demanda e tem um viés de conversa, uma parceria muito forte com a secretaria e com essa superintendência na orientação das escolas dos sistemas municipais de Minas Gerais, né?

E, portanto, um funcionamento, um acompanhamento que visa a melhoria dessa organização e do funcionamento das escolas, objetivando a melhoria da qualidade do ensino, é o que se pretende. Quem responde por essa superintendência é Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel, que ela não está aqui hoje com vocês porque ela está em viagem.

Mas nós temos aqui dentro dessa superintendência duas diretorias, que é a Diretoria de Planejamento e Atendimento Escolar, que quem responde por ela é o Marco Antônio, Antônio de Resende, que ele vai falar para vocês qual que é o objeto de trabalho, o objetivo, as ações, o que compõe aí esse espaço de atuação e de organização que fica na responsabilidade dele.

E a segunda diretoria é a de Funcionamento e Regularidade da Escola, que quem responde é a Profa. Valdêmia, que também é inspetora escolar, que

atende e trabalha nessa diretoria. Então, eu passo para vocês agora, para a gente dar continuidade e compreender um pouco mais o que é e como essa ação educacional se organiza dentro da Secretaria de Estado de Educação para a oferta. Eu passo a palavra ao Marco Antônio.

**SR. MARCO ANTÔNIO RESENDE:** Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. E com muita alegria e satisfação que a gente vem falar um pouco daquilo que a gente faz junto à Secretaria Estadual de Educação. Eu estou já à frente à área educacional há 25 anos, eu sempre digo que a cada dia, a cada instante, a cada momento, nós temos algo novo para aprender. E Minas Gerais, hoje, é com muita alegria e satisfação que a gente expressa que nós, hoje, temos vagas para todos, todos que desejam estudar.

Hoje, em Minas Gerais a gente não percebe nenhuma fila em escolas estaduais, às vezes, o que nós lidamos é com situação de preferências de unidades de ensino. É lógico que aqui tem uma escola que é mais cotada e mais desejada, mas nós sabemos que em todos os 853 municípios, nós temos unidades de ensino, com exceção de um apenas, que tem aí aproximadamente 800 habitantes, fugiu o nome do município, mas nós vamos citar ele para vocês, tá? Só tem 800 habitantes, aproximadamente, mas nós garantimos o atendimento como segundo endereço, levando toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Nós não deixamos nenhum dos nossos educandos sem assistência na área educacional.

E a Secretaria Estadual de Educação, a partir desse mês de maio próximo, nós já estamos aí entrando em entendimento com todos os nossos parceiros, que são as Secretarias Municipais de Educação, inclusive, a secretaria de Belo Horizonte, onde nós planejamos o atendimento escolar para o ano de 2019. Tudo se inicia agora, para que fevereiro de 2019 nós não tenhamos surpresa. E é esse privilégio, essa alegria que nós temos sempre de expressar para todas as pessoas, Minas Gerais não tem déficit de vaga para os nossos alunos.

Nós temos vagas aí, tanto na rede estadual quanto na rede municipal, e concedemos também, nós temos uma concessão para as escolas privadas de Minas Gerais. Para vocês terem uma ideia, hoje, nós temos em Minas Gerais, nós temos 3.626 unidades de ensino da rede estadual, de acordo com o censo escolar de 2017, escolas municipais, em Minas Gerais, nós temos 8.764 unidades e da rede privada nós contamos com 4.171 unidades.

Hoje, nós temos também, em Minas Gerais, em torno de 75 unidades da rede federal de ensino. Então, nós estamos aí felizes com esse número, com esses coeficientes numéricos com o qual nós estamos divulgamos para vocês, que vêm reafirmar, de fato, que Minas Gerais não tem déficit de vaga, nós temos que lidar, às vezes, com situações de preferência.

Totalizando esse coeficiente numérico, nós temos aproximadamente 16.600 unidades de ensino por toda Minas Gerais. E é com isso que nós temos orgulho de falar, que quando a gente para um pouquinho para se planejar é sinal que no futuro nós vamos ter sucesso. Em Minas Gerais, hoje, nós podemos ter tranquilidade de dizer isso. É lógico que também nós precisamos de diretrizes, diretrizes com o qual o nosso Conselho Estadual de Educação publicou-se para que nós pudéssemos ter uma linha de tempo, uma linha de trabalho. Então, nós temos hoje a Resolução do Conselho Estadual de Educação, a nº 443, que é de 2001, que estabelece normas para credenciarmos e autorizar o funcionamento de escolas infantis.

Nós temos, dentro desses 853 municípios, nós temos 91 que recebeu delegação de competência do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais para organizar o seu atendimento escolar da forma com a qual eles desejam, desde que não venha ferir as legislações maiores. Orientações tanto da rede estadual de ensino, quanto da federal, nós temos que ter essa observância.

E como, por ser também professor de matemática e ter apreendido muito a gostar de legislações na área educacional, eu resolvi fazer uma regra de três simples para que nós pudéssemos entender.

Hoje, nós temos um total de 853 municípios em Minas Gerais, que corresponde a 100%. Em 91, como eu havia dito para vocês, tem aí delegação de competência. Duas, é o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Ensino. O que vêm a dizer essas duas delegações de competência? O Conselho Municipal de Educação é aquele que planeja o seu atendimento escolar, porém, ele tem que dar conhecimento tanto para a Secretaria Estadual de Educação, que ficará corresponsável de publicar os seus atos legais, seja pelo órgão central, ou seja, por uma das nossas 47 Superintendências Regionais de Ensino.

E o sistema municipal de ensino é aquele que tem plena autonomia de organizar a sua rede e dar conhecimento ao Conselho Estadual de Educação uma vez por ano, demonstrando quais foram as ações com o qual eles fizeram em prol do atendimento da demanda do seu município. Quando a gente dispõe dessas duas delegações de competência, eles também ganham presente. Que presente é esse? Além de organizar toda a sua rede municipal, eles também são corresponsáveis por autorizar o funcionamento das escolas de Educação Infantil no seu município.

E aí, nós subdividimos quem são os municípios, quantos são esses municípios que têm Conselho Municipal de Educação, o número 60. E aqueles que receberam delegação do sistema próprio, 31, fazendo esse percentual nós temos, aproximadamente, 11% dos nossos municípios que ficaram com esta delegação de competência. E os demais, correspondendo aí em torno de 762 municípios, aproximadamente, todos eles estão vinculados diretamente à Secretaria Estadual de Educação/às nossas 47 superintendências que estão aí espalhadas por toda Minas Gerais.

Olhando o mapa, nós observamos que nós temos aí a nossa representatividade, com o qual a gente tem costume de expressar que eles são os nossos olhares, eles é que estão próximos da Secretaria Municipal de Educação, eles é que estão próximos aos prefeitos, eles é que estão vivenciando o dia após dia para planejar o que deve ser feito para melhorar a oferta de ensino naquele determinado município.

E aí, no mês de setembro, a Secretaria Estadual de Educação, ela encontra com todos os 47 superintendentes, que já fez desse período de maio até agosto, eles já reuniram com cada secretário municipal de Educação dos municípios com o qual estão vinculados diretamente a nós e aqueles que já receberam delegação de competência. Porque para trabalhar-se na educação nós não podemos dispensar, de hipótese alguma, as parcerias. Temos que buscar parceiro daqui, parceiro dali, para que nós possamos buscar o bem comum, é uma educação de qualidade para todos.

E aí, em setembro, nós sentamos, fazemos uma mesa-redonda no órgão central, onde todos os superintendentes vão trazer informações pertinentes, como que ficará o atendimento da demanda para 2019. Então, é um momento onde nós acolhemos todos os pedidos, todas as informações de quantas turmas, de quantos alunos cada unidade de ensino terá e o que é preciso fazer, temos que implantar o Ensino Fundamental ou Ensino Médio nessa escola para garantir o atendimento da demanda? Isso também visa, quando a gente faz esse planejamento, a diminuição do transporte escolar. Porque, hoje, nós temos que garantir o atendimento da demanda em unidades de ensino próximas de sua residência, para que os nossos alunos não percam tempo de deslocamento para chegar em uma unidade de ensino.

Anos atrás, digamos, muitos anos atrás, nós sabíamos que pessoas

ficavam nos ônibus mais de quatro, cinco horas para chegar numa unidade de ensino, às vezes o tempo de deslocamento deles era superior ao tempo que eles ficavam na unidade de ensino. Muitas das vezes, tinha que acordar de manhã para pegar o ônibus, o transporte e chegar até sua unidade e, posteriormente, chegar em casa, às vezes, um pouco tarde da noite e isso gerava, às vezes, a questão da evasão escolar.

Então, hoje, nós temos muita coisa para se comemorar: atendimento e garantia de vaga para todos os nossos educandos próximo de sua residência. O que eu volto a frisar, o que nós temos problemas hoje é com preferência daquela determinada escola. Aqui de Belo Horizonte, a gente pode dizer, na região da Pampulha, Madre Carmelita, não sei se vocês recordaram, mas muitas pessoas pensam que lá, somente lá que tem ensino de qualidade. Obvio que sim, mas todas as demais unidades também têm condições de demonstrar o ensino de qualidade para todos, não é verdade?

E aí, em cima da Resolução nº 443, ela dá suporte, subsídio tanto para o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Ensino operacionalizar como que deverá ser feito a instrução desses processos, para que as unidades de ensino estejam legalmente autorizadas. Hoje, quem trabalha na área educacional, principalmente os meus colegas inspetores escolares, que estão vivenciando o trabalho das unidades de ensino, eles, geralmente, quando a gente está fazendo uma visita técnica, eles falam assim: a gente não tem nem sossego, quando a gente está tirando alguns dias ou nós temos um feriado prolongado, a gente passa e logo a gente depara com uma placa de uma unidade de ensino, Escola Infantil Pequeno Príncipe, né? E elas falam assim: Jesus, será que está legalmente autorizado? Eu não me lembro dessa escola no nosso setor.

Hoje deparamos com essa situação, muitas pessoas, ao invés de procurar orientações, tanto no Conselho Municipal de Educação, Sistema Municipal de Ensino, ou em uma das nossas 47 superintendências, eles acham que abrir uma escola é como se fosse brincar de escolinha antigamente, né? Educação a gente não se brinca, é coisa muito séria, é situação que faz com que as pessoas possam sonhar com um futuro melhor.

Então, quando nós, inspetores, quando nós, educadores, passamos por uma determinada localidade e deparamos com essas placas, demonstrando que ali está funcionando um berçário, uma unidade de ensino, o coração, às vezes, bate forte, né? E, às vezes, manda até um WhatsApp para o colega: olha, eu vi essa situação, dê um toque no colega para nós. É de forma carinhosa, a gente não tem descanso, mas que nós preservamos uma educação de qualidade para todos.

É muito bom quando a gente faz esse diálogo, a gente conta essas histórias, a gente demonstra o carinho especial que nós temos por estar na educação. Sabemos que todas as outras profissões, elas são essenciais, mas por trás destas profissões existiu ali um grande profissional, um grande professor, uma grande professora, que fez com que o seu aluno ou o seu educando esteja, hoje, brilhando e representando outros horizontes de nossa sociedade.

E aí nós temos aí a Resolução nº 449 também, feita pelo nosso Conselho Estadual de Educação, com o qual ele colocou a diretriz, melhorando cada vez mais. Porque antes da Resolução nº 449 nós tínhamos a Resolução nº 306, ela colocava uma autorização e essa autorização, às vezes, ficava com *ad aeternum*, não se tinha prazo para que pudéssemos organizar, tantos os representantes das entidades mantenedoras, ou até mesmo a própria Secretaria de Educação para que fizesse uma visita regular, para avaliar se, de fato, aquilo que foi proposto no momento da autorização de funcionamento, se está sendo cumprido. Está dentro dos parâmetros legais com o qual eles

apresentaram para a Secretaria Estadual de Educação no momento com o qual eles foram pedir a autorização de funcionamento.

E aí, como a gente está aprendendo dia após dia, a gente, então, viu que a Resolução nº 449 vem corrigindo essas situações, onde, então, após o envio do processo para o Conselho Estadual de Educação, os membros do conselho, após a análise daquele processo de autorização de funcionamento, determinam uma vigência. Logo à frente, eu vou aprofundar um pouco mais com vocês, demonstrando o prazo, para que não somente a Secretaria Estadual de Educação possa ser corresponsável por aquela unidade de ensino e, sim, todos nós. Vamos lembrar dos colegas inspetores, que mesmo no momento de descanso estão preocupados com essa ou aquela unidade de ensino.

E como eu havia dito para vocês, as escolas estaduais, hoje, de Minas Gerais, as 3.626 unidades espalhadas por toda Minas Gerais, que hoje nós temos costume de brincar que é um gigante que tem a sua especificidade, diferente daqui ou dali, do Norte, Sul, Leste, Oeste, mas que a gente procurar aprender, de forma carinhosa, o que eles têm para oferecer aos nossos alunos, né? E as escolas privadas também, elas recebem esta autorização de funcionamento em conformidade com a Resolução nº 449 do conselho de 2002.

E aí, elas, geralmente, instrui-se um processo juntamente com as nossas Superintendências Regionais de Ensino, onde nós temos uma operacionalização, com a qual facilita aos representantes dessas unidades de ensino a instrução dos processos, porque não pode brincar de escola, eu tenho que levar a coisa séria, então, tem parâmetros a ser seguidos e a ser cumprido. E aí, eles instruem esse processo, geralmente eles recebem essa orientação na Superintendência Regional de Ensino, após esse processo ser instruído nós temos equipe de inspetores que vão *in loco* verificar se tudo aquilo que está sendo proposto no processo realmente procede, se tem uma infraestrutura adequada para atender os nossos alunos.

É lógico que a gente acredita que quando os representantes da entidade mantenedora, eles pedem um credenciamento, o credenciamento já diz por si, o credenciamento dispõe que aquela entidade mantenedora tem a chancela, ou seja, tem condições financeiras de manter aquela unidade de ensino. Pode ser que, no momento que eles recebam essa concessão para ministrar níveis de ensino ou algum curso dentro da Educação Básica, aquilo que eles planejaram, às vezes, não dá certo.

Ele previa que teria mais ou menos mil alunos e, às vezes, só tem 200, 300. E, às vezes, aquele planejamento, aquela estrutura que eles haviam pensado e imaginado, às vezes, não vira realidade. E uma vez que nós estamos autorizando uma escola, essa escola tem que ter garantia de ter início, meio e fim, para que aquele aluno não tenha o seu sonho frustrado. Então, é com muita tranquilidade, em parceria com o nosso Conselho Estadual de Educação, em parceria aí com o Sinep, que nós estamos sempre trabalhando, procurando orientar todo aquele representante de unidades de ensino que deseja abrir uma escola aqui ou outra ali.

E após o pronunciamento do conselho, nós temos outra delegação de competência, que a Secretaria Estadual de Educação atribui à nossa superintendente Vera Vidigal, onde então nós publicamos portarias SEE. E aí, a gente coloca para vocês as portarias de Educação Infantil, como eu havia dito para vocês, tanto o conselho como o sistema municipal, eles têm competência de organizar e publicar os seus atos pertinentes à Educação Infantil. Aqueles que não têm essa delegação é direcionada para as Superintendências Regionais de Ensino, que por sua vez recebeu delegação de competência para publicar os seus atos legais voltados para a Educação Infantil.

Hoje, a Educação Infantil, nós não contamos com prazo, mas nós temos alguns sistemas municipais de ensino, como Belo Horizonte, ele publica o seu próprio ato. Em algumas portarias, nós já vimos que eles já estão fechando atos. Nós já temos uma nova resolução, que foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, e quem sabe, nós vamos ter novidade no momento que ela for publicada, porque como eu havia dito vocês, a cada dia e a cada minuto tem algo novo acontecendo em prol da educação. Então, quem sabe, no momento que formos publicar essa nova orientação, essa nova diretriz, essa nova norma, que é feita pelo nosso Conselho Estadual de Educação, nós, então, vamos corrigir para que nós tenhamos esse tempo oportuno para olhar, acompanhar o funcionamento das escolas de Educação Infantil em nosso estado e em nosso município.

E é bom frisar para vocês que hoje nós recomendamos que os nossos colegas inspetores, eles façam, pelo menos duas vezes ao ano, visita em escolas da rede privada e coloquem inteiramente os telefones, os contatos à disposição, porque qualquer dúvida, qualquer necessidade, qualquer consulta, nós estamos inteiramente à disposição para ajudar, ajudar a corrigir, por quê?

Nós é que representamos a educação, nós é que temos que dominar um pouco das legislações vigentes, porque os alunos, os seus responsáveis e os seus pais, eles não são mestros das legislações vigentes, quem entende disso somos nós. Então, nós temos que proteger para que o filho não seja, para que os nossos filhos, digamos assim, não sejam lesados ou prejudicados no futuro.

E aí, para o Ensino Fundamental, coeficiente numérico também eu gosto de falar, o Ensino Fundamental, hoje, ele tem uma duração de cinco anos. A autorização inicial, ela é atribuída para as entidades mantenedoras da rede privada e municipal vinculadas ao sistema estadual de ensino cinco anos para oferecer aquele nível de ensino. Ao final desses cinco anos, a legislação dispõe que: entre 120 e 60 dias antes de vencer esse ato legal, é o momento deles instruírem novo processo para reconhecer aquela unidade, aquele curso de ensino ministrado na unidade de ensino.

Nós não reconhecemos unidades de ensino, nós reconhecemos é o nível de ensino ministrado por aquela escola. E aí, para o Ensino Fundamental nós atribuímos quatro anos. E quando a escola pede o Ensino Fundamental completo, autorização, esta autorização tem vigência por nove anos. Vocês, pais aqui presentes, responsáveis, é direito de vocês, antes de matricular seu filho em qualquer unidade de ensino, solicitar, tanto ao secretário quanto ao diretor, cópia do ato legal que concedeu autorização daquele curso ou daquele nível que você pretende matricular o seu filho.

Fiquem atentos, em quê? Nessas datas. Quando que foi autorizado? Foi autorizado em 2010? Então, esse prazo já venceu, cadê a renovação? Se tiver tudo ok, tudo dentro dos conformes, aquela unidade recebeu um ato de reconhecimento que também tem uma vigência por cinco anos. Nós pegamos como parâmetro o prazo que é concedido para autorização de funcionamento das escolas de Ensino Fundamental, anos iniciais. O Ensino Médio, ele é um tempo menor, parece-me que nós teremos novidades, mas ainda não posso contar, né? Porque dia após dia nós temos novidades, mas nós somente podemos tornar elas públicas a partir do momento que o nosso Conselho Estadual de Educação publica essas novidades para nós. Mas nas entre linhas, em discussões, em mesas-redondas, já diz que estamos pensando. Que bom, quando a gente para pra pensar, para falar um pouco de educação, nós imaginamos que é algo que vai ser para melhor e não para pior.

O Ensino Médio, então, quando ele é autorizado, nós sabemos que ele tem uma duração de três anos, primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Antes de o aluno concluir, antes dos nossos alunos concluírem aquele

nível de ensino, automaticamente, as escolas têm que ficar atentas, porque, às vezes, o ato de autorização de funcionamento está vencido. Então, eles têm que ficar atento àquele prazo, entre 120 e 60 dias, é o momento de renovar essa autorização.

É a oportunidade que a Secretaria de Educação tem para visitar as unidades de ensino e verificar se, de fato, tudo aquilo que foi proposto por ela no ato da autorização, no processo, está sendo cumprido e que os alunos e que os filhos de vocês, digamos assim, não estão sendo lesados, eles estão sendo agraciados, abençoados por aquela unidade de ensino.

E os cursos técnicos, os cursos profissionalizantes, também, eles têm uma autorização por um período menor ainda, apenas 18 meses. Então, a Valdêmia tem o costume de falar assim: olha, fiquem atentos, porque o curso mal começou e eu já tenho que instruir outro processo, imediatamente. Nós sabemos que antigamente muitas unidades de ensino, elas solicitavam o credenciamento ao Conselho Estadual de Educação, e antigamente, nós não atrelávamos o envio do processo de credenciamento da entidade mantenedora juntamente com o processo de autorização de funcionamento da escola. E o que eles faziam? Eles recebiam esse ato de credenciamento, faziam propagandas enganosas por toda Minas Gerais, dizendo que a escola estava legalmente credenciada para oferecer aquele nível de ensino.

Como eu havia dito para vocês, curso técnico, ele, na mesma hora que ele foi autorizado, está na hora da gente, logo, logo, renovar essa autorização, porque, geralmente, ele tem uma duração de 18 meses. São carga horária aí de 800 horas a 1.200 horas e rapidamente eles conseguem cumprir isso em três módulos, em três períodos, com o qual são subdivididos. E aí, nós deparávamos com o que o professor disse para nós, o nosso Dr. Amauri, ele disse para nós que muitas das vezes eles recebem reclamações da população, da comunidade, dizendo que eles foram matriculados naquele determinado curso e aquela unidade de ensino não tem o seu ato legal.

Isso, no passado, aconteceu, mas hoje não, hoje, o nosso Conselho Estadual de Educação publicou o Parecer nº 637 de 2012 dizendo da seguinte maneira: olha, entidade mantenedora, é com outras palavras, para que seja uma forma simples para que todos vocês possam entender, se você começar as atividades sem a publicação do ato legal, todos os problemas acarretados com os nossos alunos, com os alunos, serão de inteira responsabilidade da entidade mantenedora. Depois que o leite derramar, a Secretaria Estadual de Educação/Conselho não pode se fazer nada.

Então, pais e responsáveis, antes de matricular o seu filho em uma unidade de ensino, naquele curso técnico ou naquele nível de ensino, procure conhecer, de fato, essa unidade de ensino e entre em contato com uma das nossas 47 superintendências que estão espalhadas por toda Minas Gerais, ou até aqui mesmo para nós, no órgão central, ou nas nossas três Superintendências Regionais que nós temos aqui em Belo Horizonte.

É a Superintendência de Ensino Metropolitana A, B e C. A Superintendência A, ela está aqui na região do bairro Santo Antônio, a B, salvo engano, é Barro Preto, é isso, gente? E na região da Pampulha nós também temos a Metropolitana C, com a qual pode assistir todos vocês da melhor forma, da maneira possível, indo pessoalmente ou ligando para algumas delas, ou para nós no órgão central.

Então, com isso a gente quis fazer uma retrospectiva de como aí é o nosso trabalho perante aos representantes das entidades mantenedoras, perante aos nossos colegas de trabalho, porque é em equipe que nós vamos estar sempre tornando sonhos em realidade e é dessa forma que a gente frisa, antes de matricular o seu filho em uma unidade, peça ao secretário

ou diretor da escola cópia dos atos legais para que no futuro você não fique decepcionado.

Nós temos belíssimas escolas aqui em Belo Horizonte, são unidades de ensino renomadas, com o qual são os nossos parceiros, são aqueles que preocupam, de fato, para trocar experiência, não faz aquilo da cabeça deles, porque muitas coisas, antes poderia ser dessa forma, mas hoje, nós temos uma orientação diferente, né? Então, seja tranquilo, sejam nossos parceiros para que, de fato, nós tenhamos um ensino de qualidade para todos os cidadãos de Minas Gerais, todos os filhos e toda a população, digamos assim.

Agradeço a todos pela gentileza, pela atenção, se falei por algo que deixei de falar, nós teremos o momento de falar aí, de responder algo para vocês e também, vou deixar aí o nosso contato, se vocês quiserem falar conosco posteriormente, podem ficar à vontade. O telefone nosso de contato é 31, por ser Belo Horizonte, é 3915-3309. Obrigado a todos pela atenção.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Marco, as considerações importantes?

**SR. MARCO ANTÔNIO RESENDE:** Ah sim, nós vamos então dizer aí... mas eu acabei falando, né? Só, eu quero frisar que muitas pessoas, às vezes, ligam para nós dizendo assim: essa determinada unidade de ensino encontra-se legalmente credenciada pelo MEC? MEC não credencia escola nenhuma, o MEC delegou competência ao Conselho Estadual de Educação para operacionalizar resoluções de como será o atendimento da área educacional de Minas Gerais. A Educação Básica de Minas Gerais.

E aí, nós temos as duas legislações que é a Resolução nº 433 e a 449. Muitas pessoas, às vezes, ligam para a gente, o que nós credenciamos é a entidade mantenedora. E a pergunta correta de fazer é se aquela determinada unidade de ensino encontra-se legalmente autorizada e se aquele determinado curso ou nível de ensino encontra-se legalmente autorizado. Foi o que eu disse, observando tudo isso, vocês, então, vão ter condições de matricular o seu filho numa unidade que, de fato, vai realizar os sonhos seus e do seu filho também. Muito obrigado a todos.

[aplausos]

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Gente, boa tarde, boa tarde a todos. Depois que a gente escuta o meu colega falar, o Marcos, ele fala no que deve ser o correto, o legal, né? E aí, a gente fica assim, muito pensando, eu estou no estado há mais de 40 anos, eu já passei por todas as esferas, já fui alfabetizadora, já dirigi escola, já fui supervisora, já fui inspetora escolar, já trabalhei no interior, já trabalhei na capital e desde 2003 estou na direção desta diretoria.

É uma diretoria, assim, muito pesada, por quê? O nome já diz: Diretoria de Funcionamento e Regularidade da Escola. Eu fico muito preocupada com esse nome, sinceramente, é muito pesado, leva à gente uma responsabilidade enorme, que nós não podemos correr dela e a gente faz com muito carinho, com muito cuidado, mas como o Marco já disse, Minas Gerais é um gigante enorme. É uma extensão geográfica muito grande, uma complexidade enorme e nós somos, assim, um pingão de água no oceano, a verdade é essa.

Porque nós fazemos, fazemos, fazemos e o retorno ainda é pequeno, e se não fizermos, seria pior ainda, né? A gente trabalha, todas as duas diretorias, a gente trabalha muito de perto com os inspetores escolares. Por quê? São os inspetores que vão à escola, são os inspetores que fazem uma autenticidade de um documento. O que é isso? É aquele antigo visto confere.

Eu vou à escola conferir para dizer se é um documento autêntico ou se é um documento supostamente falso, porque existem muitos, muitos documentos falsos.

A internet está aí, a informatização está aí, é fácil fazer um diploma, um histórico muito lindo, resta saber se ele é válido. E aí, a diretoria lá recebe, eu recebo constantemente de outro país, de outro estado, pergunta assim: eu estou com alunos seus aqui na faculdade X e tem um histórico do Ensino Médio e eu gostaria de saber se ele é correto, se ele é autêntico? Por que ele pergunta?

Porque tem uma legislação antiga, que não mais... já foi substituída, uma legislação que não diz nada a ver, uma assinatura que causa dúvida, então, eles perguntam, as faculdades não recebem, o aluno tem que ter um percurso regular. O que é isso? Ele tem que entrar na pré-escola. Minha época não existia pré-escola, nós somos nove irmãos, dos nove, uma fez pré-escola, eu sou a mais velha, eu não conheci a pré-escola, eu já entrei no primeiro ano do Ensino Fundamental, do primeiro grau, né? Antigo.

Então, a gente tem que ter esse cuidado, ver como fica isso. Como que eu faço? Como que eu observo, como que eu exploro esse grande problema? Então, a diretoria fica ali entre apuros, por quê? Nós somos questionados pelas 47 regionais, que nós temos compromisso de orientá-las, acompanhá-las e ajudar no que for possível. Nós temos apenas um pouco mais de 800 inspetores em todo o estado, então, é um número reduzido para o grande número de escolas.

E aí, a diretoria que é o final, é aí que o aluno recebe, ele entra lá com o Marcos, ou seja, pelo plano de atendimento, ou seja, por um ato de uma escola e aí ele estuda, faz todo o fundamental de nove anos, hoje, né, gente? Nós temos que ver o percurso do aluno à época, hoje é nove anos, antes de 2006, eram oito anos, então, o aluno tem direito ao documento da época. Então, essa diretoria onde eu estou, ela trabalha com documento atual e documento antigo, ainda trabalhamos pela 4.024 que é de 61, trabalhamos com documento da 5.692 de 71 e estamos hoje na 93, 94, prestes a ser substituída, né?

Abre-se na internet a lei federal e vê que está toda já alterada, então, a gente tem que ficar muito atento para não fazer documento errado, para não fornecer ao nosso estudante documento sem validade. Então, a diretoria é responsável por, a finalidade dela, elaborar. Elaborar para a rede particular? Não. Elaborar para a nossa rede, elaborar instrumentos de orientação, elaborar histórico escolar, elaborar diploma do curso técnico para a nossa rede.

Para a rede particular, nós trabalhamos, o que o Marcos acabou de falar, que seria as autorizações, os reconhecimentos e o acompanhamento, dizer: o que ela propôs ela está cumprindo? O que ela fez bonito, um processo lindo, realmente, o dia a dia dela é esse? É certeza que o aluno, ao concluir o Ensino Médio, ele vai levar um documento real? Nós não podemos esquecer que existe Educação de Jovens e Adultos, é um tempo menor, é 50%, é legal, mas nós não podemos fazer apenas um provão, provão não é aula, nós temos que ter aula, percurso regular e documento regular.

Então, elaboramos normas, orientamos e acompanhamos a aplicação de normas referente ao funcionamento, à organização e o funcionamento das escolas, de prioridade a rede nossa, a rede estadual. E como o Marcos colocou, naqueles municípios onde não têm sistema ou conselho próprio, o município segue a rede estadual. E a rede particular, quando for necessário, pelo menos, a orientação nossa, duas, três vezes no ano. É o mínimo, sim, mas é o mínimo que dá tempo... observar o que a escola está fazendo. Porque já vai lá fazer a autorização, depois, vamos dar um exemplo aqui de um curso técnico, 18

meses de curso técnico, autorizou, depois de 18 meses vai lá para reconhecer aquele curso técnico, vai outra vez fazer toda a verificação. Depois de cinco anos de reconhecimento, vai de novo fazer a renovação do reconhecimento, então, está sempre presente na escola. [Vamos à segunda].

Colocamos um desenho aí para mostrar que a atenção especial é o estudante, né? E o estudante o centro de todas as nossas atenções. Estamos aí atrelados à escola, atrelados à SRE e à secretaria. [Pode passar].

Fizemos um quadro ali para melhor explicar. Direito à educação. Nós temos algumas legislações aplicáveis que não podem fugir, são essas e são essas, eu não posso fugir da Constituição Federal.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Eu não posso fugir da Lei Federal, da Lei Federal nº 9.394. Eu não posso deixar de observar o ECA, não posso, né? Eu não posso deixar de observar, na rede particular, a 9.870 de 99. O que diz essa lei? Ela fala sobre anuidades, valores das anuidades. E lá em valores das anuidades, ela explica, também, que o aluno tem direito ao documento. Eu defino essa lei em dois momentos, a parte financeira, que é anuidades, e a parte pedagógica, que é direito do aluno ter um documento, mesmo que ele esteja devendo, ele tem direito.

O problema do pagamento é à parte, ele vai resolver o problema do pagamento de outra forma, ir à escola, procurar negociar dívida. Ele tem a dívida? Tem. Ele assinou o contrato, ele não assina? Assina o contrato, pais ou responsáveis assinam, eles dão ciência daquilo, concordam. E aí, por vários motivos, ele não consegue pagar, então ele tem que ir à escola negociar. As vezes até mudar o menino de escola, né? É tão grave que, às vezes, ele não: olha, não, eu vou deixar a dívida aqui, negociar, mas eu vou pedir a minha transferência do aluno para uma rede pública, porque... não quer dizer que a rede pública é de graça, né, gente? Nós pagamos imposto, nós pagamos impostos altos. Então, nós também estamos pagando para que aquele aluno tenha uma educação da qualidade.

Então, o aluno leva a transferência, não acaba a dívida, mas ele leva o documento. Aí tem a história da segunda via do documento, é cobrada? Sim, o regimento da escola, eles determinam. Você levou a primeira via, é um direito seu, a segunda, não existe terceira via, vou falar terceira e quarta, mas é sempre segunda via, a escola pode colocar um valor significativo do documento num segundo momento, na segunda via, ou terceira, ou quarta, e assim por diante. Porque a gente tem que guardar o documento também, né, gente? Não sempre a gente procurar a escola.

Eu escuto muito isso do Cesecs de Belo Horizonte. O aluno faz Ceseç e leva o documento do Ensino Médio e não precisa, ou não guardou, está sempre pedindo um novo documento. Dá trabalho fazer o documento. Hoje até que não, porque o documento é informatizado, né? Mas, mesmo assim, dá trabalho. Então, o Cesec ali do Poeta Murilo Mendes, ali na Floresta, a Profa. Denise, que é a diretora, ela fala muito. Ela tem uma demanda enorme e tem muita gente pedindo segunda via, às vezes, porque estragou, ou às vezes porque não teve cuidado de guardar, né?

Então, essa Lei aí, 9.870, ela é muito importante para que a gente conheça e veja quais são os nossos direitos e quais são os nossos deveres. Nós temos direitos e deveres. Eu tenho o direito de estar com o aluno lá, mas o dever de fazer o pagamento. Eu me comprometi, né? Eu tenho que fazer esse ajuste.

Temos as legislações federais do Conselho Nacional de Educação, do conselho estadual... do Conselho da SEB e do Conselho Estadual de Educação, que nós temos que cumprir. Se eu olhar aquela linha inteira, vai sair um documento primordial da escola, que são documentos básicos, que são: regimento, proposta, plano curricular e calendário, eu ainda acrescento ali, são documentos que compõem a base de uma escola, né? Eu tenho que fazer

um documento coerente com as legislações federais, estaduais para que eu não tenha problema.

Então, meu regimento tem que ser... estar sempre utilizado, estar sempre de acordo com a norma atual, eu não posso guardar um regimento na gaveta, eterno, né? Eu tenho que ter esse regimento atualizado, emendado, com os adendos necessários, as complementações necessárias para que, caso o aluno entre na Justiça, o estudante entre na Justiça, eu tenho a minha defesa. Eu trabalhei de acordo ao regimento proposto, que deve ser divulgado, muito divulgado para a família.

A família tem que conhecer o regimento, né? A família tem que estar na escola, a família tem que vigiar a escola também, é direito dela. E colaborar também, sugerindo, ajudando também, isso poderia ser dessa forma, colaborando, sugerindo o que é melhor para a escola.

E nós temos o grande sistema estadual que são todas as escolas públicas e todas as escolas particulares. O Marco Antônio usou uma palavrinha aí, concessão. O estado, ele sozinho não dá conta de atender toda a demanda de Minas, então, ele faz concessões, as concessões são as escolas particulares. Então, a escola particular é autorizada, através do conselho da secretaria, portaria, e ela, como se diz, elas têm que trabalhar de acordo o que propôs. Porque às vezes a escola, eu vou dar um pequeno exemplo aqui, a escola tem o hábito de EJA, Educação de Jovens e Adultos, quando a gente menos espera a escola está trabalhando como Cesec.

Não é Cesec, Cesec é um ato específico, Cesec tem dois momentos, momento do curso e momento da banca. Para quem é Cesec? Para o aluno adulto, o aluno que não teve a oportunidade de estudar na época certa. A EJA também, mas a EJA é presencial, o Cesec não é presencial, é semipresencial, ele está na escola quando precisa, mas ele não está todos os dias na escola. E ele, se for um aluno adulto, preparado, ele pode ir para a banca do Cesec. O que é isso? Eu domino, eu já conheço, eu sei estudar sozinho, eu vou lá requerer as avaliações, eu vou requerer avaliações em todos os conteúdos e vou eliminando aos poucos.

Elimino, no ano de 2018, três, quatro componentes curriculares. Hoje, é área, né, gente? É por área. Elimina a área X, no outro ano elimina o outro, ou o mês que vem eu elimino o outro, e assim por diante, até que eu passe por todos e receba um documento de conclusão, que é o histórico escolar, ok? Hoje, o Enem já não... o Enem, até 2017, ele também certificava do Ensino Médio. A partir de então, o Enem é só para entrada nas faculdades, né? Para facilitar, para contribuir para que o aluno consiga, ou isenção total, ou parcial das suas mensalidades.

Então, ali o sistema eu tenho, o sistema rede pública, que são as escolas estaduais e municipais, e a rede privada, que são de escolas particulares. Na rede estadual, como eu disse, eu costumo dizer muito que o diretor de rede estadual, tem algum aí, de escola estadual? Opa, eu costumo dizer que o diretor de escola estadual, o gestor da rede estadual, ele não tem que querer cumprir, não, ele tem que cumprir a legislação do estado, ele tem que cumprir. Ele não tem que falar: eu não aceito, eu não concordo, não. Ele tem que cumprir na íntegra. E tão bem quanto é solicitado.

Então, hoje, o estado está trabalhando com toda a Educação Básica com a 2.197. A 2.197 é 2012. Ela determina e ela tem orientações específicas, ofícios específicos, o Ofício nº 211, o Ofício nº 217, que orienta como trabalhar com a 2.197. Eu não posso deixar um aluno, vou dar um pequeno exemplo, da rede estadual, de Ensino Fundamental, de anos iniciais, passar cinco anos na escola e dizer no quinto ano que ele está reprovado, não posso. Por quê? A escola estadual tem o compromisso de fazer de tudo para que esse aluno aprenda.

Ele tem que aprender de qualquer forma, um trabalho especializado, um atendimento especializado, uma intervenção pedagógica, mas ele tem

que dar conta, ou seja, ele tem que aprender ler, escrever, contar, interpretar até o quinto ano. O quinto ano é... ele vai, é a progressão, vai, vai, vai. Mas não quer dizer que é [ininteligível]: ah, no estado não tem bomba. Não é isso. O estado não tem reprovação. Tem sim, né? Anos iniciais, a própria legislação federal já determina, a 7, né? O aluno tem o seu atendimento sequencial, não quer dizer que nós não vamos trabalhar com ele, temos que trabalhar, sim, e muito, e muito, né?

Antes da 2.197, nós temos a 521 que ficou muitos anos aí, né? Nós temos alunos que estudou pela 521 e está pela 2.197 porque ele parou, ele não deu sequência. Então, quando ele estudou era pela 521, hoje é pela 2.197. Como que vai sair o documento dele? Pelas duas. A época era isso, vai entrar o que foi à época, hoje é essa legislação, a legislação atual e o trabalho atual também, né? Hoje, o aluno vai para a série seguinte com até três pendências, né? Ele pode ir com até três, antigamente era diferente, e assim por diante.

Ainda no estadual e na municipal, onde não tem sistema e conselho, nós temos as especificidades de cada escola e temos as orientações e instruções específicas. Essas orientações e instruções específicas saem da secretária, saem das próprias regionais, para que a escola atenda e trabalhe. E lá na escola não é só o diretor, né, gente? O diretor é um grupo grande. Quem são os diretores? É o gestor, é o vice, é o especialista, é o secretário, é um grupo grande, é o colegiado da escola, tudo isso é direção. A gente tem que saber delegar e cobrar, delegar e você vai... mas eu tenho que participar dessa delegação e cobrar no momento certo.

A rede privada, nós trabalhamos com os atos de todas as naturezas, né? Observando a 449 e o funcionamento, credenciamento, o ato de funcionar de acordo, e lá, legislações e normas educacionais. E todo esse quadro tem que ter acompanhamento da família, da sociedade, da comunidade que deve estar colaborando e criticando e opinando sobre o trabalho da escola. [Outro].

O que compete à DFRE, Diretoria de Funcionamento e Regularidade da Escola? Compete orientar as normas na organização do funcionamento da rede estadual e regularizar a vida do aluno. O que é isso? É tão bonito quando o aluno conclui, tem um histórico completo, regular. Outra coisa, gente, o aluno de 7, de 6, não é 7 mais não, 6 anos a 14 anos, quando ele termina o fundamental, ele tem que estar no fundamental regular. Não vamos inventar, botar na cabeça do pai que ele já tem tantos anos: ah, mas está muito grande para ficar aqui. Não, ele está grande, mas ele tem idade, mas não tem maturidade.

Não vamos colocar na cabeça dele para ir para a Cesec porque ele fez 15 anos, não. Ele quer concluir o curso é pelo regular, ele está lá no nono ano, exemplo, ele está lá concluindo o nono ano, mas ele é indisciplinado, ele tem... dá um pouquinho de dificuldade. Aí, faz a cabecinha dele e manda ele para o Cesec: você vai fazer mais rápido. Será que é fazer mais rápido ou para ficar livre dele, né? A gente tem que ter cuidado.

O aluno do Ensino Médio, é um aluno que tem uma certa dificuldade, ele quer estar na escola fazendo o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano. Ele não quer fazer um curso a distância, não. Ele quer fazer um curso completo, aliás, nem a distância é, né? Porque hoje nós temos a distância é o técnico, né? Então, nós temos que observar todas essas legislações para não fazer coisa errada e deixar o aluno levar um documento errado.

Coordenar e executar ações referentes aos processos de correção. Nós trabalhamos também com que é correto e o que não está correto a obrigação nossa é acertar, né? Há casos que a gente encaminha para o conselho, quando é uma escola particular, a gente não pode legislar para a escola particular, a gente encaminha para o conselho, através de uma nota técnica, mostrando como a escola está em desacordo com que ela foi autorizada, com o ato que ela ganhou, que ela tem. E o conselho, então, estuda e faz um parecer e a gente aí tem que trabalhar em cima do parecer orientando as SREs, os inspetores. As vezes, a gente leva dois anos para corrigir problemas de escola particular, né? Sempre junto com o inspetor.

Quais são os problemas? Recursos pedagógicos usados erradamente. A gente conhece o art. 24, eu até copiei ele, na internet, quando você abre, você encontra toda a Lei nº 9.394, toda riscadinha, né? O que foi substituído. O art. 24 são várias opções, um calhamaço de opções. O que a escola faz? Ah, esse aluno foi classificado pelo art. 24 da Lei nº 9.394. Mas será que juntou os professores desses alunos, a comunidade, a família de menor, a família que responde pelo aluno de menor, não é o aluno não, a família, ou o responsável, e fizeram um trabalho bem-feito dentro do art. 24?

Lá tem várias opções, depois vocês abrem para ver, muitas. Não é só porque lá está previsto que eu posso fazer, não. Previsto é uma coisa, fazer é outra. É previsto, sim: Ah não, vocês estão falando que não pode, mas pode, olha aqui. Pode, mas tem critério, pode, mas tem que observar até que ponto vai ser bom para o aluno, até que ponto que vai atrapalhar. A família aceita: ah, esse aluno dá muito trabalho. É nosso compromisso trabalhar com aluno problema também, né? É nosso.

A diretoria também, ela tem interface com todas as diretorias. As diretorias da SB... das Superintendência de Organização Educacional. Por quê? Porque lá tem os projetos, estão os pedagógicos, estão os cursos profissionalizantes, está o curso normal, né, Ivonice? É está tudo lá idealizado, mas o documento do aluno, nós temos que saber como que vai sair esse documento. Então, nós entramos para orientar o inspetor e para fazer o documento final. Então, a gente tem que ter muita certeza o que está acontecendo lá, entender, para poder repassar para os colegas inspetores.

Se a gente não entender, como que nós vamos acompanhar, orientar e acompanhar? Então, são outras atribuições, por exemplo, nós já temos muitas ações judiciais, de promotor, onde a gente responde ao nosso jurídico, né? Nós temos jurídico na secretaria e nós temos jurídico também comigo lá, a Daniela também é advogada, fica responsável com essas ações em que aluno ou a família entra na Promotoria, ou entra no Ministério Público, questionando alguma coisa que ele não entendeu ou que ele não aceita. Então, vai para nós para que a gente responda.

Por exemplo, quando eu falei da lei federal, nós já tivemos um projeto de lei onde nós defendemos, nós separamos, o que diz respeito ao financeiro a gente não podia opinar, mas o que diz respeito ao pedagógico a gente opinou, sim. Então, a gente responde às ações judiciais para auxiliar o jurídico a resposta. Então, isso, para nós, é constante, né, Daniela? Uma média bem grande, né? [Pode passar aí, Marco].

Cumprir a Resolução nº 449 quanto aos prazos. Uma coisa é o ato estar correto e outra coisa é o funcionamento correto. Funcionamento é de todo dia, toda hora, todo minuto, né? O ato é observando prazo, então não é só o ato, é o funcionamento. Tem ato? Tem, mas como que está funcionando? Legal? Cumprir os instrumentos do regimento escolar, da proposta pedagógica, plano curricular e calendário. Qualquer rede tem que compor, tem que ter as diretrizes curriculares de cada nível, de cada modalidade. Nós temos que conhecer as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, do Médio, da EJA, da Educação Infantil, do curso técnico, do curso normal, cada um especificamente a gente tem que acompanhar, entender e o regimento tem que fazer isso de acordo à legislação.

A proposta. O que eu proponho? Olha, a escola não pode falar que ela não opinou, é ela que propôs aquele curso. Se ela propôs, ela tem que fazer. Ela, livremente, instruiu um processo propondo aquele curso. Ela tem que fazer, ela tem que cumprir. Cumprir o previsto nos atos legais, nos processos aprovados de funcionamento escolar para as turmas em andamento. As vezes, a gente encontra escola que fala assim: o financeiro está muito difícil, eu não tenho condição de continuar. Ok, de um ano para outro, ela pode fazer isso, né, Marco? Mas escola, turmas em andamento têm que acabar. Ela tem compromisso, garantir o término, que o curso seja concluído.

Curso concluído de curso técnico, gente, onde tem estágio, o estágio tem que ser feito durante o curso. Estágio após o curso não tem validade. O

estágio tem que ser feito o prático com a teoria, juntos, juntinhos, para que garanta. Nós temos... os cursos técnicos do estado não têm estágio, temos apenas o curso normal... só a Enfermagem, Belo Horizonte, né? Aí nós temos práticas e temos laboratório, excepcionalidade. Mas, o curso normal, que não é considerado técnico, mas ele tem estágio, práticas, ele tem que ser durante o curso. Não é depois que termina dois anos, três anos: ah, eu fiz o curso normal, mas não fiz estágio. Não fez o curso normal. O estágio é parte desse curso normal, né? [Podemos?].

Garantir oferta dos componentes. Aí eu fiz um curso... as diretrizes... né? Tem que estar atento às diretrizes. Eu fiz um curso, um Ensino Médio, mas eu não fiz Filosofia, eu não fiz Sociologia, são conteúdos obrigatórios, eu não fiz Inglês, língua estrangeira, conteúdos obrigatórios, não pode faltar. Eu tenho que... a escola tem que cuidar disso, o aluno é leigo, o aluno vai fazer o que você ofertar. A escola, não, tem que entender. E se não entender, tem que procurar quem entende.

Eu costumo falar com diretores de rede particular quando vai lá na secretaria, que eles são... em geral, eles não são, muito deles não são pedagogos, né? São advogados, são empresários, eu costumo dizer: coloca uma diretora que entenda do pedagógico, que ele não entenda, mas que o diretor entenda, que o secretário entenda, que o especialista entenda, né? Para que a escola anda, senão, a empresa vai falir, não é verdade?

Observar a idade, gente, nós temos vários problemas aqui. Nós sabemos que essa resolução federal, resolução do conselho nacional, a Resolução nº 3, determina, o aluno deve fazer, só pode fazer o Ensino Fundamental Jovens e Adultos, Educação de Jovens e Adultos, com 15 anos, 15 anos, não é no final, não, é para começar, é para começar. Há uma interpretação errônea aí, errada: ah, mas ele concluiu com 15 anos. Não é concluir, é iniciar Educação de Jovens e Adultos com 15 anos. Médio é iniciar com 18 anos. E temos ainda, para quem está aí da rede particular, gostam muito da resolução do conselho, a Resolução nº 444, né? Que também fala dessa idade. É uma resolução do conselho.

Cumprir o prazo de 30 dias para... outro problema seríssimo, o aluno pede transferência, ele leva uma declaração de transferência. Muito vaga. A declaração de transferência, o que ela diz? Que o aluno está cursando o curso tal, o segundo ano do Ensino Médio, ou o terceiro ano do Ensino Médio, não fala se ele tem alguma pendência para trás, não fala nada disso. A escola pega, recebe, estou falando todas as redes, tá? Recebe o aluno, o aluno cursa, quando vai fazer o histórico, o aluno não tem a série anterior.

A escola que recebe o aluno por declaração de transferência, ela mesma tem que cobrar, cobrar, cobrar, o histórico, né? Cobrar. Ah, cobrei tantas vezes a aluna, ela não levou. Não é não, eu cobrei da aluna, eu documentei, mas eu mesma, secretária, auxiliares, cobrar da escola. Eu não posso deixar o aluno ir até o final com problemas, né? Porque aí vai ser... o leite já derramou, eu tenho que cuidar na hora certa, eu tenho que solicitar.

E ainda é, esse prazo, ainda está numa resolução do conselho, que é a Resolução nº 228, a Resolução nº 228, derogada, mas que o prazo continua, né, pessoal aí da inspeção? O prazo continua. São 30 dias, acabou 30 dias não tem validade. Então, tem que cuidar de pegar o documento do aluno dentro do prazo, dentro dos 30 dias. Ainda é a Resolução nº 228. Olha para vocês verem, carrego, né? Olha, ela é de 77, mas é útil, é necessário, né? Está aqui. Eu escuto muito inspetor falar assim, inspetores mais antigos, igual eu, falar assim: que saudade que eu tenho da Resolução nº 228. Já ouviram? Ela tinha tudo, não é verdade? Falam isso com a gente. [Vai lá].

[ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fica à vontade, pode ficar à vontade, Valdêmia. O tempo todo é seu, a gente tem um tempo aqui suficiente, pode ficar bem à vontade.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** É? Tá. Aí, eu tornei a frisar expedição de documento em situações de problemas de pagamento, né? Nós temos que conhecer bem de perto a resolução para que a gente não prejudique o nosso educando, o nosso estudante e não criamos um problema de precisar ir para a Justiça, né? Evitar, evitar processo judicial, né? Quanto menos (sic) a escola evitar melhor, mostra que ela está cumprindo a legislação, mostra que ela está trabalhando corretamente, não é verdade? Do que eu ficar só: ah, vai para Justiça. Primeiro, nós somos proibidos de falar: vai para a Justiça, né? Nós temos compromisso de fazer a coisa correta, oferecer o melhor, o correto, o certo.

Ali, gente, eu coloquei várias legislações, por quê? A onda agora é acabar com o papel, acabar com o papel. O que é isso? E documentos digitalizados ou documentos microfilmados. O ideal seria que todo o documento fosse microfilmado, que é um processo caro, né? É um processo muito caro. O estado tem microfilmagem da rede particular quando ela é encerrada, o arquivo é da secretaria. A escola particular, quando encerra, quando o Marco Antônio publica portaria de encerramento, a regional correspondente vai à escola, confere a documentação e traz para nós os documentos.

Por isso que existe uma diretoria, existe uma diretoria que faz essa microfilmagem, e qualquer época, 50, cem anos depois, não importa, documento velho se guarda, de que forma? Microfilmado, ou papel, com manutenção, porque se você deixar o papel sem manutenção também, ele acaba, né? Nós estamos na secretaria com o sistema Simade, é um sistema que nós estamos trabalhando desde 2009 e agora que ele está ficando quase pronto para uso, né?

Nós já tiramos do sistema o histórico escolar. Tem diretora de rede estadual aí, né? Já tiramos a declaração, já tiramos a ficha do aluno, já tiramos o histórico, que bom, né? Mas ainda estamos, ainda, precisando que o estado, logo, logo vai acontecer isso, publique a resolução que nos vai dar o amparo legal para que a gente use definitivamente o sistema, tá? Estamos desde 2009 trabalhando com o sistema. Agora, já está chegando no final para esse documento seja realmente um documento que não crie problemas, que não seja questionado, né? Legal.

Então, toda aquela legislação eu coloquei para a gente estude, porque o meu colega que trabalha em... o Mozart(F), que trabalha com a microfilmagem, ele coloca o seguinte: que a escola pode digitalizar os documentos, desde que garanta o original, olha que seriedade, pode digitalizar. Uma dessas legislações ali fala isso, tá? Pode, desde que garanta o original. Só a microfilmagem que não, que é um processo mais caro, mais complexo, mas que não precisa... dispensa o original, tá?

Aí, quando a escola pergunta para o meu colega lá, que ele fala isso, fala assim: então, não adianta. A escola particular fala assim: então não adianta, eu vou fazer todo esse trabalho, todo esse gasto e vou ter que manter o original? Vai, tá? Porque o ser humano, cada vez mais, ele vive mais, não é verdade? Nós estamos aí, pessoas vivendo mais de cem anos, né? Aí eu estou aqui, ó, quantos anos estou no estado e estou aqui. Estou firme aí, quase 50 anos de estado, né? Então, a gente vive mais e o aluno tem direito a pedir o documento em qualquer época. Escola que ofertou é obrigada a entregar. Se a escola já fechou, escola particular que já encerrou, está na secretaria ou numa regional o documento. E quem faz, quem assina como diretor? A regional, a pessoa que elabora o documento sai como secretário e o superintendente, o diretor da SRE, das 47, cada uma do seu canto, sai como diretor. Olha que responsabilidade. Não foi ele que trabalhou com aquela escola, mas que ele recebeu essa competência de expedir documento.

Então, gostaria que, principalmente a rede, todas nós, né? Conhecêssemos a legislação federal que diz respeito a arquivo, seriedade dos arquivos. Usar os recursos pedagógicos observando a legislação vigente, num momento certo e previsto no regimento. Quando eu vou atualizar meu regimento, quando eu vou elaborar meu regimento, eu tenho que pensar: o que vai ser possível? O que é interessante para a escola, para a mantenedora? Então, eu vou legislar.

Se eu não tenho no regimento um aproveitamento de estudo, eu não posso fazer esse aproveitamento de estudo. É um recurso? Sim, é um recurso legal, desde que ele esteja amparado no regimento ou também na proposta que é sequência, como trabalhar o regimento, que é a proposta. Ele tem que estar previsto. Então, classificar aluno, reclassificar aluno, aproveitar o que ele já fez é possível, mas eu tenho que observar os critérios, bem corretos e eu tenho que propor no meu regimento.

Analisar o documento do aluno no ato da matrícula. É no ato da matrícula que o problema vem. Porque eu recebo aluno lá de Janaúba, traz lá um documento. Se eu olho o documento e crio dúvida, eu vou entrar em contato com a escola, ou com a regional, antes de matricular o aluno. Porque a hora que eu matriculo o problema não é mais de Janaúba, é meu, é da escola atual, a escola de destino que tem que resolver.

E a gente faz regularização de vida escolar, que não é pouco, de que forma? Aluno que pulou série, lacuna, ele está lá no terceiro ano do Ensino Médio já concluído, mas ele não fez o sexto ano ou não fez o sétimo ano. Ah, quando questiona a escola; ah, não entendi a declaração de transferência. Não entendi o documento. É no ato da matrícula que eu tenho que entender documento, se eu não entendo, alguém tem que entender. O pessoal da defesa, defesa, né, Marco? O pessoal da defesa social, nós estamos todos juntos lá na cidade administrativa, né? Então, eles foram dar posse ao pessoal de concurso e toda hora eles traziam o documento para a gente olhar para eles, porque eles não entendem de documento.

Tinha que ter uma pessoa lá para entender de documento, porque senão eles iam dar posse à uma pessoa que exigia que... que tinha que ter o médio e que, na verdade, não tinha. Muitas vezes, nós ligamos para a escola, nós lá da diretoria, para orientar escola para fazer um documento correto, o documento não era claro, para que o aluno... e o aluno: eu vou perder o concurso? Eu vou perder o concurso? Não, não vai. Calma, no final da tarde seu novo documento vai chegar. Muitas vezes, nós fizemos isso. Não é fácil, né? O aluno fazer um curso e fazer um concurso e na hora H não comprovar. É nossa responsabilidade enquanto educadores, especialistas no assunto.

Proceder avaliação constante dos cursos ofertados sob(F) a responsabilidade da equipe pedagógica. Eu costumo falar que na escola, qualquer que seja a rede, tem uma pessoa ou várias pessoas primordiais, essenciais que não podem faltar, que são os especialistas. São os especialistas que têm que acompanhar o professor. São os especialistas que têm que melhorar o tipo de aula. São os especialistas que têm que conhecer o documento do aluno para ajudar o pessoal da secretaria a decifrar o documento. São os especialistas responsáveis para que o aluno aprenda de uma forma diferente.

Então, nós temos que explorar esse especialista, não vamos deixar ele como disciplinário, não. Olha, o que eu vou falar, coisa pesada, né? Feia. Tem escola que aproveita o especialista para ficar cuidando de disciplina. Não é a função dele, ele é responsável pelo pedagógico.

Revisão da proposta. Eu ofertei um curso, qualquer que seja a rede, eu vou concluir um curso normal, vou concluir um curso de Segurança do Trabalho na rede particular, ou seja outro qualquer, de Enfermagem. Pretendo continuar ou não, vou avaliar até que ponto esse curso foi feito de maneira como foi proposto, de maneira boa. Esses alunos que fizeram o curso de Segurança do Trabalho conseguiram fazer a carteirinha profissional? Tiveram algum problema? Conseguiram um estágio bacana? Estão empregados?

A gente tem que pensar, curso técnico é para trabalhar, nosso curso técnico é para trabalhar. Se eu faço um curso técnico e não tenho como trabalhar, para quê? Adquirir conhecimento? Posso adquirir sem ter o curso técnico, ok? Vamos fazer essa revisão da proposta.

Costumo dizer que os documentos do aluno que ficam na escola, eles têm que ser verificados, a pasta do aluno, seja lá no computador, seja lá onde

for, que isso é responsabilidade da escola, mas que tenha a documentação necessária para o aluno, né? Que tenha tudo o que é previsto na documentação do aluno. A identidade, o documento de... o número da identidade, o registro de nascimento, xerox, né? O que veio de outra escola. Eu tenho que ter tudo isso organizado na escola onde ele está hoje.

E começa fazendo, se não tem, dos que estão prestes a sair da escola. Eu tenho curso normal que os alunos... tem três turmas, uma turma vai concluir agora em julho, eu vou cuidar para que essa turma esteja toda certinha, porque ele vai ter pouco tempo ainda na escola, os outros ainda têm um tempo maior. Então, vou cuidar disso. Vou ver se tem alguma pendência. Regularizar a vida do estudante no momento certo, quando houver necessidade. E feio o estudante levar um histórico, com um parecer nosso, é feio.

A gente faz o parecer porque o aluno tem direito, mas que é feio, é. O certo é levar um documento sem nada, certinho, limpo, sem nenhuma observação, sem nenhum parecer colado. Ele vai levar aquilo para o resto da vida, vai levar para outro estado, para outro país, fica feio para nós. É direito dele levar um documento correto, certo, que não seja questionado em outro local, ok?

Coloquei um pensamento aí para nós: "*O homem nasceu para aprender*". O Marcos falou muito que nós não estamos prontos, né? Nunca estamos prontos. Estamos aqui para aprender, estamos aqui para crescer, estamos aqui para receber críticas, para que a gente melhore: "*O homem nasceu para aprender, aprender tanto quanto a vida lhe permita*". E o João Guimarães Rosa.

[aplausos]

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Eu queria agradecer às excelentes exposições da professora... dos professores, né? Ivonice, Marco Antônio e Valdêmia. E eu preciso concordar com a Profa. Valdêmia numa questão.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Discordar?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Não, concordar.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Ah. [ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Sim. Eu não consigo ainda trabalhar com os PDFs, com... Eu gosto de pegar o papel e ler.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Eu também.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Então, nós... eu não estou tão antigo assim no estado, como a Profa. Valdêmia, mas eu já tenho lá 30 anos também. Mas já são 30 anos também que eu tenho de Ministério Público. Mas quando a gente trabalha com determinado assunto, então, se você tem uma legislação, se você faz... reúne essa legislação, faz uma encadernação na papelaria simples, baratinha, pois é, e aí o que acontece? Aí você consegue ter às mãos, a todo o instante que você precisa, para você... nem sempre você está no computador, nem sempre você... embora você tenha o celular, né, professora?

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** [ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Não é isso? Agora--

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** [ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é. Principalmente, principalmente o consumidor, ele precisa. Então, eu concordo com a Profa. Valdêmia nesse ponto e é isso mesmo, uma coisa é você ler um livro, quer dizer, os livros digitais, eles estão aí, mas uma coisa é você ler o livro físico, poder anotar, fazer aquela anotação e ficar pertinho dele, né? Eu acho que é uma coisa interessante.

Eu queria muito agradecer então a participação da Secretaria de Estado. Eu queria fazer a seguinte dinâmica agora. A gente poderia dar a palavra para o conselho, para o Sinep fazer algumas considerações. A gente desce para o intervalo, faz o lanche. E no retorno a gente abre para o público fazer as perguntas e aí, nós vamos concatenando todas nossas ideias, porque esse evento, como os outros, ele é importante por quê? Porque a gente tem uma quantidade de informações que, com certeza, ele é degravado, depois a gente encaminha para os promotores, os 300 promotores de Minas que não podem estar aqui, eles vão receber um PDF com esse evento degravado.

Os defensores públicos, eu fui informado que nós temos aqui a presença de uma defensora pública, a Ana Luíza Aragão Bracarense, está conosco aqui assistindo o evento, me passaram aqui. É importante, os defensores públicos que não estão aqui, estão em todos os estados, os Procons, os juizes dos juizados, que, muitas vezes, têm demandas na área escolar. Os delegados que atuam também na defesa do consumidor. As entidades civis de defesa do consumidor, quer dizer, eu tenho esse tipo de evento aqui que a gente faz muito importante, porque, com certeza, esse material, a gente pode compartilhar, né?

Eu acho que um dos objetivos, talvez o principal objetivo desse evento seja compartilhar essa experiência e esses conhecimentos que estão sendo passados aqui. Então, eu vou passar a palavra para nossa colega Zuleica, que é do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais, para ela fazer suas considerações e na sequência a gente passa para o Hélvio. Fica à vontade, doutora.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Boa tarde. Boa tarde, né? Eu fui, enquanto os palestrantes... Primeiro agradecer o Dr. Amauri, o convite e agradecer a oportunidade de ouvir três palestrantes, porque eu penso assim, eu tenho já algum tempo que eu estou na área educacional particular, eu represento um colégio, o grande Colégio Santa Dorotéia de Belo Horizonte. Já estou lá desde 81, como o Dr. Amauri me apresentou, mas é sempre bom ouvir, estar a par dessas mudanças, de ver como o estado está se organizando, como o estado vê a distribuição, inclusive, anotei aqui vários pontos. Eu acho até que tudo o que eu anotei seria quase que uma palestra, verdade. De tudo o que eu anotei, assim, que eu acho que seria importante debater, de tudo o que anotei que eu acho que seria importante orientar, né?

Porque quando a gente parte do princípio que nós temos legislações específicas e essas legislações, elas devem ser cumpridas, também tem o dia a dia que foge um pouco, não da legislação, mas, às vezes, dos motivos pelas quais essas legislações não estão sendo cumpridas. Então, o ponto, na hora que eu percebo, quando... eu estava conversando com a Valdêmia antes de iniciarmos aqui, falando para ela que a educação que é dita e discutida em tantos palanques, e eu não tenho, eu não sou candidata a nada, viu, gente? Eu sou uma educadora, já doida, falei com ela, doida para pendurar minhas botinas para cuidar dos meus netos.

Eu estou doidinha para isso acontecer, mas todas às vezes que eu percebo que a educação vai... dita em todos os palanques e que na hora que a gente chega numa reunião dessa e a gente vê que os educadores só sobrevivem mesmo porque amam o que fazem, aí eu fico me questionando por que nós não deveríamos nós estarmos nos palanques para defender a educação, não só na proporcionalidade com que ela vem em números, mas na proporcionalidade que ela venha com a qualidade que ela deveria ter, tanto nas públicas, quanto nas particulares.

Porque quando eu vejo o Marco Antônio dizer que as escolas públicas é um orgulho para Minas ter vagas, eu fico me questionando assim, se ela tem vaga por que a particular ainda existe? Por que as pessoas, às vezes, com necessidades econômicas, assim, difíceis, deixam às vezes de jantar para pagar uma escola particular? Por que será? Por que quando uma escola particular pega algum aluno vindo de uma escola pública, ele tem dificuldade de acompanhar? Será que é a metodologia, será?

Então, são tantas questões que a gente... que eu fico pensando o porquê que a nossa educação chegou nesse patamar? Será que são muitas leis? Não sei. Eu, tem hora que eu fico desanimada, sabe, gente? Eu tenho 36 anos que eu estou na mesma instituição, estou assumindo agora o sindicato e quando eu... também conversando, eu vi no Marco Antônio uma palavra que eu disse no sindicato desde o momento que eu assumi, que foi em janeiro desse ano, que se os sindicatos não buscarem parcerias, e desde o ano passado que a gente está fazendo isso, junto com as secretarias e agora, agradecendo ao Dr. Amauri de ter me convidado para fazer parte aqui do Procon, nós estamos em barcos diferentes, mas nós todos temos o mesmo fim, o mesmo objetivo, que é fazer da educação do Brasil a melhor, é esse que é o objetivo.

Eu não consigo entender por que durante tanto tempo a palavra orientar demorou a aparecer. Porque as escolas particulares vêm, dentro do Procon, quando fala assim: nossa, o Procon ligou, a pessoa, a diretora sai desorientada. Nossa, mas o que será que eles estão querendo? Será que eles vão me multar? Será que eu fiz alguma coisa errada? Meu Deus do céu. Olha, vocês não acreditam, mas é a vivência das escolas é essa. A inspetora chegou. Nossa Senhora, a inspetora chegou! Gente, tampa aqui, tampa acolá. Então, assim, eu custei a entender e ainda custo a entender qual é essa dinâmica, se nós estamos todos pela educação.

Eu não posso entender isso, eu não posso entender que o Procon, quando me chama para me mostrar um contrato de prestação de serviço educacional, ele quer me falar que a letra, ao invés de ser 12 tem que ser 9.5. Eu não posso entender isso. Eu não posso entender que a escola está economizando papel colocando o contrato, tudo numa folha só, porque papel custa caro e hoje, nós temos a rematrícula online. Então, são coisas inúteis. Muitas vezes, nós discutimos e nós brigamos por coisas inúteis, que não vai nos levar a lugar algum. Então, eu penso, eu estou num papel agora, que eu assumi no sindicato, eu não vou me estender, não, viu, Dr. Amauri? É porque...

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Zuleica, fica à vontade, viu?

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Eu sei que está no horário.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Não, mas fica à vontade.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** O Hélvio vai ainda dar a palavra do conselho, mas assim, eu fico me perguntando se o meu tempo está diferente do tempo que as pessoas estão vivendo? Ou se eu estou muito além do tempo ou muito atrás desse tempo. Então, são muitas questões. Na hora que eu vejo essas questões de vaga, né? E eu tenho, e eu posso falar, às vezes, eu posso não falar de todas as escolas particulares de Minas Gerais, né? Porque o Marco Antônio mesmo, apontou para nós aqui, que nós temos a proporcionalidade de escola particular é a metade, né? Praticamente a metade.

Então, eu não posso apontar aqui, ou dizer as questões particulares de cada escola, mas eu, como estou há muitos anos na área educacional, eu posso dizer que se as escolas particulares, a maioria, pelo menos, erra, ela não erra porque quer. Se ela fere alguma lei, se ela fere algum parecer, às vezes por desconhecer, talvez, bato até no ponto que a Valdêmia disse, que, às vezes, as pessoas não têm habilitação ou a habilidade para estar trabalhando dentro daquele setor.

Isso acontece, gente, não é só nas escolas particulares de empresários, não, acontece nas escolas confessionais, onde, às vezes, as irmãs são trazidas

lá do interior da Bahia, está numa escola com cem alunos, aí ela é transferida, ela é transferida, porque quando elas fazem voto, vocês sabem, eu trabalho numa escola confessional há 36 anos e sei bem, aí ela, a irmã está lá com cem alunos, de repente, ela cai numa escola como o Santa Dorotéia com 4 mil alunos, ela 'pira, pira'. E ela 'pira', mas ela tem o quê? Uma coisa que, às vezes, também é questionado hoje no mundo moderno, que a gente tem que estar atento, poder. Poder hoje tão questionado, né? Estava falando com o Hélvio aqui a questão do poder.

Quer dizer, ter o título, às vezes, a pessoa se apega àquilo, mas o que resolve se tem título, mas não faz por acontecer as coisas como devem acontecer? Então, são essas questões todas que [ininteligível], que faz com que a educação não vá para a frente. Quando a Valdêmia fala da lei, gente, essa lei é direito, sim, do aluno ter o documento ao final, ao concluir, mas isso é um rombo nas escolas particulares, porque ela serviu também para os caloteiros, infelizmente, infelizmente.

Eu já recebi, na minha escola, pai que já levou o filho para seis escolas particulares fazendo a cada ano uma série para não pagar. Então, quer dizer, que mundo é esse? Que mundo é esse que a escola não é valorizada, seja particular ou pública? Que mundo é esse? Então, quer dizer, será que nós não precisamos sair da caixa, sairmos dessa caixa e fazer isso que o Dr. Amauri propôs aqui? Unirmos forças capazes de revolucionar esse país, como ontem nós ouvimos tantos discursos favoráveis a não corrupção, enfim, há tantas coisas que no papel, às vezes, fica tão bonito, mas na prática como que nós vamos sobreviver?

Então, eu quero terminar, que eu falei com você o tanto de apontamentos que eu fiz aqui, talvez eualaria aqui até amanhã de tanto que eu fico, ó, fico com a pressão baixa, gente, quando eu falo dessas questões... não estou com a pressão baixa? Minha pressão baixa. Eu fico gelada, porque eu venho falando isso há tanto tempo, aonde eu tenho oportunidade de falar, dos protocolos, das burocracias. Eu tive, quando eu assumi, eu estive no prefeito Kalil, falei: Prefeito, ajuda. Você vai falar, você vai assinar alguma... Eu fui lá por conta de uma lei. Você vai assinar alguma lei, prefeito, antes de assinar, chama a gente para a gente conversar.

Não é que a gente quer fazer assim diferente, não, é para ver os impactos que essas coisas todas vão causar. Não é só na escola, não, gente, é no bolso do pai, porque todo o impacto que causa impacto financeiro, isso vai cair numa planilha, enfim, é uma sequência de coisas que a gente vê no dia a dia que as pessoas vão atropelando umas às outras, sem um processo distinto de governança, né?

Hoje se fala tanto em governança, de um projeto político perfeito, aonde a gente possa usar, usar um projeto contínuo de governo, seja onde estiver. Eu estou no Santa Dorotéia, eu faço um projeto lá, mas na hora que eu sair o colégio não vai fechar, não. Eu estou no sindicato quatro anos, vou ficar lá, na hora que o sindicato sair, eu já deixei as minhas diretrizes para que o próximo possa continuar. Não é desfazer o que o outro fez, não é reconstruir o que está pronto, é dar sequência num processo mais desburocratizado, mais humano, mais digno de nós, brasileiros, que atendemos de A à Z, isso é fato.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer, me colocar à disposição, é um tema que me instiga muito, porque eu sou da educação, sabe? Eu sou da área administrativa, mas conheço tudo o que é pedagógico, participo de todos os eventos. A Mariana está aqui, sabe. Eu sou igualzinha arroz de festa, sou igual ela, arroz de festa. Eles me chamam até de arroz de festa. Onde estiver falando da educação a gente está junto, não importa qual é o tema, é inclusão, não importa. Então, assim, é isso que a gente deseja também, Dr. Amauri, que o Procon, que o Ministério Público, que as secretarias, que o conselho possa nos ajudar a conduzir as escolas. Que o sindicato tem uma base de 3.500 escolas, na nossa base aqui, aonde eu sou a presidente atualmente, e nós somos totalmente contra as escolas que não são legalizadas.

Tanto é que a gente tem um selo que chama Escola Legal. Esse selo,

ele veio para buscar justamente isso, o mínimo que o sindicato pode fazer de saber se essas escolas têm um mínimo para poder funcionar. Porque para nós também, nós que queremos tudo legal, para nós também é ruim, porque é uma escola que não paga os professores dignamente, não paga nem dentro da convenção coletiva, é uma escola que não cumpre com as suas obrigações. Então, nós também temos interesse em ter as escolas totalmente legalizadas, né? Então, por isso que a gente vem também nos esforçando para estar orientando as escolas. E eu estou à disposição de vocês para o que vocês precisarem.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Muito obrigado, Profa. Zuleica. E eu passo a palavra para o Prof. Hélvio.

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Bom, boa tarde. Meu nome é Hélvio, como já falaram, né? Eu vou... eu estou atualmente presidente do Conselho Estadual de Educação. Eu fui nomeado conselheiro há exatamente um ano e desde janeiro eu fui eleito para a presidência do conselho. O conselho é um órgão autônomo, não é um órgão de governo, é um órgão de estado, ele é composto por 24 conselheiros, três Câmaras.

Sendo uma Câmara de Ensino Superior, uma Câmara de Ensino Médio e Profissional e uma Câmara de Ensino Fundamental que compõem a Câmara de Ensino Básico. E também uma Câmara que é composta, uma Câmara Especial, que é composta por membros de todas as Câmaras, que é a Câmara de Planos e Legislação. Cada uma delas trata de uma área do ensino e a de Plano e Legislação trata da normatização, da legislação, das diretrizes que são emanadas do conselho. O conselho é um órgão que é garantido pela LDB, que fala desde o início, desde, acho que 1965, que foi a lei de criação do Conselho Nacional de Educação e daí os Conselhos Estaduais de Educação.

Por delegação do MEC, então, o Conselho Estadual de Educação toma conta do Ensino Superior no estado. Então, o Ensino Superior do estado de Minas Gerais passa sobre a órbita do conselho, as instituições estaduais de Ensino Superior. As instituições que não são estaduais, as instituições privadas, as instituições federais são direto com a [ininteligível], com a Secretaria de Ensino Superior do MEC, reguladas na órbita federal, ok? Mas a gente segue, basicamente, as mesmas diretrizes.

Dentro dessas diretrizes, nós temos então esse Ensino Superior que hoje está vinculado a uma outra secretaria, que não a Secretaria de Educação, hoje está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sedectes, e os outros dois níveis de ensino estão vinculados à Secretaria de Educação. Nós, então, trabalhamos em conjunto com as duas secretarias para estabelecer essa normatização das diretrizes de como que a educação, no estado, deve funcionar.

O objetivo nosso, como de todos aqui, é conseguir uma educação da maior qualidade possível, né? Para que a gente tenha realmente uma mudança do que a gente acha que é a educação é essencialmente um processo de mudança, daí uma crítica que a gente faz, normalmente, pela visão que as pessoas têm, uma visão um pouco baixa da educação, apenas como uma mercadoria, né? Como um serviço educacional apenas. É a gente acha que a educação é muito mais do que isso, né?

Daí uma relação que a gente precisa de ter muita próxima exatamente com o Procon e com as diretrizes do direito do consumidor, exatamente para entender que esse processo educacional, ele é diferente dos produtos e serviços que são regulados normalmente pelo Código de Defesa do Consumidor. O processo de educação não pode ser regulado apenas por esse código, porque ele tem características específicas que são diferenciadas. Não se compra um curso na prateleira, não se compra um serviço com apenas uma proposta que você cumpre ou não cumpre, né? Educação é um processo formativo e sendo um processo formativo, ele tem que ter um tratamento diferenciado.

A outra questão que eu gostaria de colocar é que nós estamos num processo de modernização, estamos buscando um processo de modernização do conselho. Adoro o pessoal que fala que adora escrever e tal, mas eu sou viciado em tecnologia. Então, por exemplo, eu acabei de receber aqui agora, no meu smartphone, a portaria que o MEC acabou de publicar sobre a avaliação do Ensino Superior, né? Se eu fosse esperar isso vir pela questão escrita e tal, ia demorar muito mais tempo para eu estar recebendo. Então, não tem jeito, ou a gente se alfabetiza digitalmente, ou a gente está fora, né? E aí, essa é uma questão que a gente precisa de fazer e precisa de trabalhar na educação no estado, certo?

Inclusive, para favorecer a conversa entre todos esses agentes, a conversa entre a própria Secretaria de Educação, a conversa entre o Sinep e os órgãos de representação, tanto da parte privada, quanto da parte pública e da parte também dos alunos, que a gente tem também a representação estudantil. Tudo isso a gente tem uma visão que precisa de ter uma integração informacional para que a gente possa ter acesso e discutir melhor as legislações e saber exatamente essa quantidade enorme de informações que vocês tiveram aqui de tarde, que isso aí pode estar numa nuvem e você acessar ela a toda hora que você quiser e achar necessário, né? Isso é primordial para que a gente tenha melhores resultados.

Bom, nós estamos trabalhando para modernizar as resoluções, como você viram as resoluções do conselho já são resoluções de 2002, 2006, então nós estamos trabalhando para adequar, nós temos um novo marco educacional com as novas Diretrizes Nacionais Curriculares Comuns, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, né? Temos algumas desregulamentações que saíram até mesmo aí à surdina, no Ensino Superior, que a gente tem que trabalhar também, principalmente voltadas à educação a distância. Então, nós temos aí, um terreno de trabalho muito grande, né?

E temos um estado que hoje tem problemas de... como vocês sabem, problemas de financiamento, problemas de funcionalismo, né? Lá no conselho mesmo, nós temos uma demanda muito grande de mão de obra e que a gente não tem. Nós já tivemos 70, 80 funcionários, hoje nós temos 29 pessoas tomando conta do estado inteiro. Então, é complicada a situação de como que isso vai ser trabalhado, ok?

Isso tudo aí é a base de trabalho, nós temos uma lei anterior que nomeia os conselheiros, os conselheiros têm que passar, por exemplo, a sabatina na Assembleia Legislativa. Só que o conselheiro... tem lá agora, um caso divertido, os conselheiros foram indicados, que são indicados pelo governador e por entidades, vão para a Assembleia, passam pela sabatina para então tomar posse e começarem a trabalhar no conselho.

Só que a lei diz que o mandato dos conselheiros termina em 31 de dezembro dos anos ímpares. Então, eu tive conselheiro que tomou posse agora lá no final do ano, em dezembro de 2017 e que teve seu mandato encurtado em dois anos, por causa dessa lei. Por que ele só tomou posse agora? Porque a Assembleia, como vocês sabem, a Assembleia está parada aí, desde o início do ano a Assembleia está parada porque está em discussão... não se discute nada. Enquanto não se discute, não se sabatina os conselheiros e aí a gente fica mais defasado ainda. E aí esse processo educacional que, às vezes, parece moroso, ele vai muito por essas amarras políticas, burocráticas, que precisam de ser revistas e precisam de ser mudadas.

Então, a gente vai trabalhar nisso. Meu mandato vai até o final do ano que vem. Então, a minha expectativa é que até o final do ano que vem, possivelmente, a gente consiga ter uma reforma nessas resoluções e nessas leis, para fazer com que o estado funcione de forma mais [ininteligível], mais eficiente e que dê melhor resultado para a população que o mantém, ok? Muito obrigado. Era isso o que eu queria falar vocês hoje. Estou à disposição para tirar as dúvidas que vocês tiverem.

[aplausos]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Bom, eu queria agradecer a participação de todos. Nós vamos descer para o intervalo e na sequência nós retornamos e começamos aí as perguntas do público.

[intervalo]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Bom, então, vamos reiniciando os trabalhos. Só um comentário antes de nós retomarmos, essa questão das escolas, nós tivemos um momento que antecedeu a edição... eu me lembro que eu era promotor no interior, a Lei nº 9.870, que a Profa. Valdêmia se referiu, sobre o valor total das anuidades escolares e deu outras providências, é a Lei nº 9.870 de 23 de novembro de 99. Eu me lembro que eu trabalhava no interior. Hoje em dia, essa lei continua sendo aplicada, ela tem uma aplicação, mas na época em que ela foi editada, se a gente se lembra, nós tivemos no período anterior o Plano Real e era um problema para os consumidores a questão dos reajustes. E aí a lei trouxe a questão de você ter que divulgar uma planilha, não é isso, Zuleica? Para que os alunos pudessem verificar o reajuste, né? Qual seria o reajuste.

É lógico que o reajuste, ele não é tabelado, mas a planilha para os alunos poderem entender como a escola, ela chegou no valor de um ano para o outro, né? Mencionando o investimento feito, né? E.., exatamente. E aí, a partir disso, em relação à mensalidade, à anualidade, né? Que é dividida pelo número de meses do ano, do ano anterior para uma sequência posterior. E vieram também as questões que estão previstas na... a vedação para que as escolas pudessem impor penalidades pedagógicas para os alunos.

A gente sabe que é uma situação muito, muito... em se tratando de relação de consumo, a gente tem tanto por parte dos fornecedores, aqueles que não cumprem as leis, e seria também falta de realidade a gente entender que também tem consumidores que não... não, muitas vezes, também não cumprem os seus direitos. Mas, eu puxando aqui um pouquinho para os consumidores, né? A gente tem uma vivência diária, a gente percebe que, em linhas gerais, o consumidor, quando ele sai de casa, vai para o Procon ou procura a Justiça, a gente tem uma percepção de que, muitas vezes, para ele não é interessante sair da sua casa para ir num Procon, ou para ir no Juizado Especial, a gente sabe das dificuldades dele. E essa lei só foi editada exatamente pelos abusos que eram cometidos na época.

E naquela época a gente sabia, a inflação era altíssima, a gente tinha uma série de dificuldades, mas o consumidor, ele, pela nossa experiência, ele pensa duas vezes antes de procurar o Procon e muitas vezes a gente acaba percebendo de todas as deficiências dele e muitas vezes, ele procura porque realmente tem um problema de contratação. Tanto é que todo ano, início de ano, a imprensa sempre procura o Procon para explicar os direitos dos consumidores em relação a essa relação. Foi uma relação que já foi, né, Zuleica? Mais conflituosa e hoje tende a...

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fala no microfone.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** O que eu vejo, Dr. Amauri, essa época aí, eu vivenciei, óbvio, pelos anos que eu estou na escola. Por que é difícil? Foi difícil essa lei? Porque ela exige que a escola coloque o seu custo antes da matrícula acontecer. É uma dificuldade, gente, para quem está no dia a dia de uma escola, 45 dias antes você tem que mostrar para o seu aluno o quanto você vai cobrar, quantas vagas você vai ter, enfim, a obrigação, de acordo da lei, não é mostrar planilha, tem um anexo próprio que você vai mostrar as vagas que você tem e o quanto você vai cobrar. Quando a lei surgiu, qual foi... essa lei, ela foi reeditada em portarias, acho que mais de cem vezes.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É, foi convertida a medida provisória.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** É, foi medida provisória não sei quantas vezes, por quê? O problema da escola, antigamente, quando eu entrei pelo menos na escola, quem autorizava preço era o conselho, quem autorizava preço da escola era o conselho. A gente ia no Conselho Estadual de Educação, levava, a gente ia, tinha que marcar pessoalmente lá, eu me lembro. Eu conheci na época, estava falando com o meu colega aqui, o Hélyio, que o meu primeiro presidente que eu conheci do conselho foi o Prof. Panicé(F), na época, há 36 anos atrás (sic). E a gente ia com aquela documentação, o conselho analisava o que a gente estava cobrando, autorizava, batia um carimbo, aí pronto, era a glória, sair com carimbo naquele papel da mensalidade escolar, do Conselho Estadual de Educação era a glória.

E aí veio a lei, o que a lei impôs para escola em 99? Quantos anos têm isso, gente? Se eu falo para vocês que nós estamos numa época que a burocratização ainda existe, imagine em 99 o que era você instituir na cabeça de um gestor, que nem existia essa palavra, essa palavra é nova, instituir na cabeça do seu diretor que ele tinha que fazer uma planilha, projetar, projetar, se você tinha a sua contabilidade em dia até o mês de setembro, por exemplo, você tinha que projetar até terminar o ano, para ver o que ia acontecer, como se você tivesse uma bola de cristal para você adivinhar quais eram os seus custos, que tinha que ter isso. Porque nem aprimoramento pedagógico, na época em que a lei foi editada, você não podia arriscar colocar, não podia arriscar, porque o aprimoramento pedagógico, ele vinha em uma parte, em uma parte, em um procedimento à parte.

Então, a lei foi dura para as escolas, não por ter que cumprir essa obrigação de fazer planilha e projetá-la dessa forma. Hoje, existem mecanismos dentro de... vários mecanismos aí digitais que você consegue fazer a projeção, e hoje num país que se diz com uma inflação, uma deflação, deflação, que já estamos até zerados, né? E o que se diz, a gente tem que saber qual a medida que se usa para isso. Enfim, mas naquela época, a dificuldade era essa, porque, gente, a inflação era altíssima, você não tinha... você pagava água, 2 mil, no final do ano era 10 mil, sei lá quanto que era, o gasto não era alinhado, então--

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Mas em 99 já, o Plano Real já tinha dado certo.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Sim.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Já estava tudo estabilizado, né?

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Mas é justamente isso, a dificuldade da escola nessa época é, onde eu lembro que nós tivemos muitos casos no Procon, muitos casos, foi instituído a questão dessa planilha prévia com muita antecedência e os gestores na época não tinham essa capacidade dessa prospecção do futuro, de saber o que ia acontecer, e a questão de contratos formalizados dentro desse padrão, enfim, é isso que veio de impacto, né?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É, o que aconteceu, gente, é que o Brasil teve um momento em que os preços eram tabelados pelo governo, e aí no momento em que o Plano Real aconteceu, que foi em 94, o que aconteceu? O Brasil passou a viver um outro momento. Em 99, a economia já estava estabilizada, e as famílias, os consumidores, se eles vão contratar a entidade, a instituição de ensino para colocar seus filhos, como tudo é relação de consumo, o pai vai ter que pagar a mensalidade, é evidente que tem que ter um planejamento para que o pai possa saber.

Porque o Plano Real, ele veio e exigiu que qualquer reajuste contratual fosse somente depois de um ano, e aí nada mais natural que um contrato firmado em que a família tivesse a segurança em relação ao contrato e a escola tivesse que fazer as previsões dela para colocar o preço na mensalidade. Isso, eu queria ressaltar, sem qualquer imposição de tabelamento de preço, seria

a livre iniciativa, mas isso é um assunto que ele é amplo e eu queria só fazer essa colocação porque efetivamente essa lei só surgiu em razão dos abusos que eram cometidos na época, né?

Agora, se... eu tenho plena convicção de que essa relação entre os consumidores e as escolas, em 99 para frente, até um pouco antes, hoje ela, ela, ela... eu me lembro que eu era promotor no interior e eu, inclusive, ajudei a fundar uma associação de defesa do consumidor, que ela se chamou, Apon(F), Associação dos Pais e Consumidores. Quer dizer, eu lembro direitinho, Zuleica, na época estava uma efervescência, um problema, e aí a gente ajudou a criar, deu orientações para criar uma associação que o nome levou pais, alunos e consumidores diante do problema.

Eu queria só fazer esse registro porque acho que é um registro histórico, um registro importante. Eu vou fazer como sempre eu faço, vou pegar o nome das pessoas que querem fazer as perguntas e aí a gente depois disponibiliza para... se a pessoa puder fazer a pergunta e indicar a pessoa para responder seria interessante, mas todos da Mesa ficam à vontade, se quiserem fazer alguma consideração. Ricardo. Mais alguém? Cristiane, mais alguém? Eu não ouvi.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [02:20:49]:** Flávio.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Flávio?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Isso.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Flávio. Ok? Depois se tiver mais alguém. Você quer? Juliana?

**SR. RICARDO AUGUSTO AMORIM CÉSAR:** Boa tarde a todos que compõem a Mesa.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Eu pediria só que as pessoas se apresentassem porque está sendo degravado.

**SR. RICARDO AUGUSTO AMORIM CÉSAR:** Sim, senhor. Meu nome é Ricardo, eu sou assessor jurídico no Procon Estadual e já estava no Procon Estadual nessa época, nessa época dita que essa lei foi publicada e entrou em vigor. Também a título de registro, eu estava na equipe que promoveu àquela época, em 2000, eu acho que o Sinep deve se recordar disso, daquele, da análise de vários contratos, quase 900 contratos que nós analisamos no ano de 2000, de escolas e depois foram feitos vários expedientes administrativos, várias escolas foram chamadas para fazer Termo de Ajustamento de Conduta.

E eu me lembro que naquela época, a então secretária executiva, que era a Nadja Kelly, tinha me pedido, o Procon era muito pequeno, não tinha assessoria de imprensa, não tinha nada. Ela me pediu, faça um *release* bem discreto e coloque na imprensa dizendo que a gente tem esse expediente coletivo investigando contratos escolares. Aí sai no outro dia lá: "Ministério Público e Procon faz devassa em escolas particulares". Causa um certo constrangimento no Procon por aquilo, mas o advogado se intrometer numa outra área dá é nisso mesmo, né? Fui tentar ser assessor de imprensa e não me saí nada bem naquela época.

Mas eu me lembro que depois daqueles expedientes, os números de reclamações em relação às escolas diminuíram drasticamente. Esse trabalho preventivo, então, em relação às escolas particulares, não é nem uma pergunta, é quase uma sugestão, eu acho que os Procons, sejam municipais e o estadual também, têm que andar de braços dados, sim, né? Aquela parceria àquela época, volto a dizer, diminuiu drasticamente o número de reclamações, sejam de alunos referente a prestação de serviço em si, seja na questão de controle de cláusulas contratuais. Essa aproximação é sempre bem-vinda.

Como essa semana nós tivemos o evento aqui sobre Segurança Alimentar, foi uma semana, de certa forma, um pouco menos jurídica e de mais fatos em si, eu trago aqui uma pergunta, eu acho que para toda a Mesa, é a importância que eu vejo na educação ser promovida num ambiente escolar em todas as esferas e em qualquer momento. Então, tem uma lei estadual, que é a Lei nº 11.824, que é uma lei que eu acho de suma importância e muito simples, Lei Estadual nº 11.824. Ela diz que as escolas públicas, na aquisição de material escolar, os cadernos, na capa e na contracapa, deverão conter mensagens educativas. Várias mensagens educativas, várias, não, de várias formas e segmentos.

Isso é muito importante, o que eu estava conversando com Dr. Amauri, mensagens sobre alimentação, sobre o controle e o combate ao bullying que tem crescido. Hoje, eu tive a oportunidade, de manhã, de estar com o promotor de Justiça Lélío Calhau, que me presenteou, agradeço muito a ele, com um livro de bullying, mostrando que isso tem crescido de uma forma que amedronta a escola, né? O bullying não é mais aquele aluno que sofre chacota na hora do recreio, na hora do intervalo, num corredor, na sala. A chacota, ela pode se tornar perene, quando ela vai para o mundo digital.

E nós recordamos o exemplo do aluno americano, aquele Star Kids(F), que quem quiser conhecer a história, pesquise, mas ele sofreu por um ato de bullying durante 15 anos, que foi o vídeo que se postou, ou seja, perene. Então, eu gostaria de... eu não sei nem se é bem uma pergunta, mas assim, será que a escola está fazendo isso? A secretaria tem feito essas campanhas educativas que parecem singelas, simplórias, mas elas entram para dentro da casa do estudante.

E o segundo ponto, que já me disseram, um professor uma vez me falou: "Olha, quem dera hoje se a gente tivesse só o aluno para educar, principalmente na estadual, nós temos outras pessoas chamadas pais e responsáveis para serem educados também, porque eles acabam permitindo o acontecimento, que é o chamado bullying". Então, são essas questões. É a questão do caderno, que eu acho muito importante, se não existe, se a secretaria não faz isso, que tal a gente fazer uma parceria para colocar algumas mensagens aí nesses cadernos. Obrigado.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fiquem à vontade aí, quem quiser fazer algum comentário.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Eu falo pelas particulares, eu falo assim pelas particulares. O trabalho feito hoje nas escolas são trabalhos preventivos, o trabalho em todo... em qualquer área, até mesmo, nós temos um trabalho, uma parceria com a BHTrans, até a legislação de trânsito, hoje, a gente discute isso nas escolas, né? Como se portar no trânsito, e muitas vezes a gente recebe o retorno dos pais falando: puxa vida, parei num lugar e o meu filho falou: pai, você avançou sinal, pai, você parou na faixa que não pode.

A questão da inclusão, que hoje... que tantas pessoas tiveram a resistência da inclusão. Eu falo que inclusão é uma coisa difícil, gente, não é fácil, não. Não é fácil. Se para a escola particular é difícil, eu imagino para a escola pública, por causa da infraestrutura que se tem que ter para atender. Mas eu falo assim, nada como você enxergar a pessoa que procura a escola e se colocar no lugar dela. Sempre se colocar no lugar dela.

Então, o trabalho do preventivo que as escolas particulares, pelo menos eu falo da maioria, as que eu conheço, né? Fazem esse trabalho de trabalhar as diferenças, as diferenças. Questão do bullying, como que nós vamos trabalhar bullying? Gentileza Gera Gentileza, nós temos o slogan, foi criado um slogan dentro da escola, Gentileza Gera Gentileza.

Então assim, eu acho que a juventude chegou aí, e muitas coisas que acontecem, viu, Ricardo? O problema não é o aluno, não é o aluno que discrimina, não é o aluno que quer fugir às regras que a escola impõe, não é o aluno que não quer passar o cartão de acesso na entrada. Geralmente, são

os pais, geralmente, são os pais, o pai se acha às vezes pressionado a cumprir as regras que a escola impõe. Não são os alunos. Então, muito mais do que eu educar o aluno hoje, em tudo que demanda uma escola, é conscientizar os pais da importância que é de refletir na casa, no dia a dia, o que a escola propõe. Então, eu falo que hoje família e escola não é mais parceria, gente, é aliança.

Eu falo: Parceria é muito pouco hoje. Você tem que colocar uma aliança no dedo do pai e falar: pai, eu estou casando com você, porque nós temos que cuidar dessa criança, ela tem que ser melhor do que nós somos, do que nós fomos e do que nós seremos. Então assim, eu acho que o foco hoje, pelo menos na escola particular, a escola particular, ela não tem interesse em ter problema, não tem interesse em ter problema jurídico, não tem interesse em ser denegrida nas redes sociais, ainda mais hoje, ainda mais hoje.

Gente, você pega o WhatsApp aí, a gente estava conversando agora na hora do intervalo, hoje as redes, o WhatsApp hoje não é só de pai de aluno, não. E do pai, do periquito, papagaio, todo mundo que faz parte da casa está dentro da WhatsApp. Então aconteceu, eu tenho meus netos no Santa Dorotéia, às vezes acontece uma coisa no Santa Dorotéia, a minha filha fala: mãe, aconteceu isso assim, assim? Eu não estou nem sabendo ainda, imagina só, às vezes eu não estou nem sabendo. E o WhatsApp já está circulando lá: ó, teve um assalto aí na porta do colégio. Mãe, aconteceu isso aí? Como que foi? Para vocês terem uma ideia.

Então, a escola hoje, ela precisa trabalhar, eu concordo, os meios de comunicação mais próximos, da melhor maneira possível, de uma forma educativa, inclusive é um trabalho que a gente tem desenvolvido junto com o Sinep, para orientar os gestores a lidar com essas questões das redes sociais, do assédio ao professor numa sala de aula, com o celular, que a gente não pode proibir que o aluno porte o celular, a gente não recolhe celular na hora que ele entra na sala, né? Ele só usa celular quando ele vai participar de alguma atividade relacionada a algum item que vá usar algum instrumento que no celular ele vai precisar.

Mas, quantas vezes a gente recebe WhatsApp de meninos fazendo as coisas dentro de sala e sendo postado aí e os pais horrorizados e tal. Então, eu acho que nós, não só a escola particular, eu acho que a escola também, o trabalho também deve ser preventivo.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Eu queria só, rapidamente, o Ricardo tocou no assunto da lei estadual que fala que os cadernos que são adquiridos para os alunos da rede pública, eles têm que trazer mensagens. Talvez eu vá fazer um pedido aqui e queria ouvir o comentário de vocês. O Ministério Público elegeu como Plano Geral de Atuação, Valdêmia, nos anos de 2018 e 19, a segurança alimentar, mais precisamente na área de defesa do consumidor, 2018/2019.

Então, eu até estava conversando com a Ivonice aqui, a gente está fazendo um trabalho muito grande, tivemos ontem e anteontem um seminário sobre Segurança Alimentar e uma questão, eu acho que toca assim diretamente as escolas, é o fato de que com essa lei, nós poderíamos ter uma mensagem, talvez para o ano que vem, uma mensagem que fosse, nos termos da lei no inciso IX do art. 3º da Lei nº 11.824/95, que fala expressamente de fazer uma campanha sobre educação alimentar e nutricional.

E a gente tem o Guia Alimentar do Ministério da Saúde que é o documento oficial que ensina a população a se alimentar. Então, é um documento belíssimo, quem puder baixar do site do Ministério da Saúde e ler, porque é um documento simples, é uma cartilha, é muito simples e ali nós temos, Valdêmia e Hélivio, né? Nós temos ali coisas importantíssimas que tanto a Anvisa como o Ministério da Saúde, como a Vigilância Sanitária, o IMA, todos órgãos ligados à saúde, eles trabalham com o Guia Alimentar.

Então, talvez fosse um pedido para o estado, considerando esse

planejamento do Ministério Público, que a gente pudesse, inclusive, talvez até sugerir uma mensagem muito simples, que o estado quando fosse licitar para o ano que vem o material escolar, quem sabe ele pudesse nos ajudar com essa campanha. E dentro disto ainda, eu queria ouvir um posicionamento, aproveitando que o Ricardo colocou a questão da educação alimentar e nutricional, a questão da merenda escolar, né, o que rege a merenda escolar em relação à qualidade? E dos produtos que a escola pública deve fornecer para os alunos e com relação às cantinas e lanchonetes nas escolas particulares. Se a gente teria o apoio da instituição, do Sinep e do estado para a gente tentar fazer.

Inclusive, nós estamos já programando um trabalho que vai ser educativo nesse campo, se a gente teria um apoio para sentar, para conversar e tentar criar um discurso comum que a gente pudesse levar para as escolas e fazer com que os nossos alunos ficassem menos obesos e com menos doenças crônicas. Porque a gente sabe que o problema hoje do Brasil não é tanto a desnutrição, mas as doenças crônicas que são causadas principalmente pelo consumo dos produtos ultraprocessados, que o Ministério da Saúde, no Guia Alimentar, ele diz que nós devemos evitar.

É impressionante a questão dos ultraprocessados e toda a doutrina que o Ministério da Saúde já tem para nos dizer: olha, esses produtos têm que ser evitados e priorizando os alimentos naturais, os minimamente processados e os produtos que são processados, mas que não retiram a identidade do produto. Porque o ultraprocessado, como o biscoito, por exemplo, ele não tem valor nutritivo, tem aditivos industriais, a composição, ela, simplesmente, ela não traz nada que seja nutritivo para o consumidor e o Guia Alimentar fala muito bem sobre isso, se vocês pudessem ler.

Então, é um desafio para a gente, que nas escolas públicas a gente tenha alimentação tirada da horta, nós tivemos ontem um projeto aqui que foi apresentado, A Horta do Tatu, uma escola que fez uma horta. Os professores se alimentam dos produtos da horta, são alimentos naturais, os alunos se alimentam no dia a dia, quer dizer, há experiências importantíssimas. Então, eu queria só rapidamente colocar esse tema e ouvir também da Mesa do Conselho Estadual, do Sinep, da Secretaria de Educação também um comentário a esse respeito.

**SRA. DANIELA:** Boa tarde a todos. Eu só queria aproveitar, Dr. Amauri. Meu nome é Daniela, eu sou promotora de Justiça, só pude estar com vocês agora nessa segunda parte do evento, já me desculpo por isso, é uma pena não ter participado das explicações anteriores. Mas, Dr. Amauri, já gostaria até de parabenizar pela iniciativa, já disse isso a ele no intervalo, da importância de discutir essas questões do consumidor na área da educação. E eu trabalho, assim como o Dr. Amauri trabalha no órgão de apoio aos promotores de Justiça da defesa do consumidor, eu trabalho no órgão de apoio de defesa da educação, aqui do Ministério Público de Minas Gerais.

Então, a nossa área aqui, ela tem uma interface muito grande, agradeço o convite do Dr. Amauri e me coloco já, antes de tudo à disposição de vocês porque nós estamos lidando aqui, como foi dito, inclusive, pelo Hélvio, representante do Conselho Estadual de Educação, mais cedo, nós estamos lidando aqui com questões que precisam compatibilizadas e harmonizadas, que são as questões do consumidor, mas também ligadas à regulamentação e à normatização e à garantia de um direito que é público, um direito subjetivo, público que é a educação.

Então, esse nosso diálogo para compatibilizar, ele é muito importante, né? Então é nesse, é no reconhecimento desse diálogo, da importância dele que eu me coloco à disposição, eu e o Dr. Amauri, a gente já traçou aí algumas parcerias para atuação também conjunta no que as nossas áreas tangenciam uma a outra, né? Mas sem me alongar muito, eu queria só fazer um comentário e aproveitar para complementar o que a Zuleica disse e o Dr. Amauri em relação à pergunta aqui do Ricardo, em relação à legislação estadual, que traz a questão das mensagens informativas nos materiais escolares, né?

E aí duas questões importantes foram mencionadas pela Zuleica e pelo Dr. Amauri, como exemplo, a questão do bullying e a questão da merenda, por exemplo, e da segurança alimentar. Eu queria só complementar e acrescentar nas reflexões que foram ditas, porque a questão da violência nas escolas tem sido uma questão muito atual e que está demandando da educação reflexões muito profundas, né? Então, talvez, junto com a possibilidade de isso ser veiculado como informações educativas a respeito, por exemplo, do bullying, poder ser veiculado nos materiais escolares, em cumprimento à legislação estadual, isso pode ter um recurso importante e um recurso complementar a uma política de base de enfrentamento das causas da violência escolar, né?

E aí vai entrar muito no que a Zuleica disse, no trabalho preventivo, que é fundamental porque... tanto no ambiente da escola privada quanto o ambiente da escola pública, e aí as causas podem se diferenciar em alguns aspectos, mas trabalhar o que está gerando as violências internas dentro da escola, sejam elas simbólicas, sejam elas físicas ou de outra natureza, e o que está gerando isso. Quando que a escola está potencializando e fomentando essas violências e quando ela está absorvendo violências externas porque o aluno traz com ele as suas próprias problemáticas, né?

Então, isso é fundamental para enfrentar o bullying, né? Então, aí é um desafio enorme para a educação atual e eu acho que essa medida pode ser uma das ações importantes, a veiculação de mensagens educativas, junto com uma política de base, né? E em relação à merenda que o Dr. Amauri comentou, que também, e a segurança alimentar como assuntos possíveis de serem veiculados nessas mensagens, que também podem surtir um efeito pedagógico muito importante, também precisa vir junto com a reflexão.

No caso da merenda, por exemplo, dos benefícios que, por exemplo, a gente tem visto nas redes municipais de ensino, que atendem à legislação federal que regulamenta a merenda escolar, a alimentação escolar, com, por exemplo, a medida do percentual mínimo de investimento na agricultura familiar, né? E as escolas privadas... e isso gera efeitos que vão além da educação na modalidade de ensino, que é a educação escolar, né?

A gente trabalha, como a gente estava dizendo aqui: ah, precisa envolver a família e a família é responsável por uma boa parte da educação, não a educação formal na modalidade de ensino, mas a educação informal, né? Ela é muito importante nesse processo e precisa se aliar, a educação formal e a informal precisam se aliar na formação dos cidadãos.

O cumprimento da legislação na merenda escolar, ele garante outros benefícios, de ordem social, de ordem familiar, de ordem financeira, econômica e de ordem de saúde também, né? Então assim, isso é muito importante, e aí mais um motivo, a veiculação da mensagem pedagógica junto com uma política de conscientização da importância dessa política de base. Era isso que eu queria considerar, Dr. Amauri.

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fique à vontade, Ivonice.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Ô, gente, eu quero...

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Eu gostaria de acrescentar [ininteligível] desta questão, em torno da questão. Ficou bom? No sentido de política pública da educação que tem sido implementada, né? Quando se traz esse tema, o foco, a questão do cuidado com a alimentação, a qualidade da alimentação escolar, né? Na rede estadual, por exemplo, a gente já tem nas escolas, né, hum?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Olha lá, 40%, esse total que foi colocado aqui, 40% do recurso que é aplicado na... para aquisição da merenda, ele é destinado exatamente para aquisição desses alimentos oriundos da agricultura familiar. Isso já traz um equilíbrio muito bacana para a qualidade da merenda na escola, porque ela vem limpa de muitas coisas químicas, como a questão do agrotóxico, né? A gente tem, enquanto política desenvolvida pelo estado. Sim, nós temos a questão da nutricionista hoje.

Nós temos nas Superintendências Regionais de Ensino, lógico que não tem em... em cada uma escola tem uma nutricionista, não é, não é, não chegamos neste lugar ainda, mas nós temos nas Superintendências Regionais de Ensino, uma profissional da alimentação, que é a nutricionista, que dá a orientação, que colabora com a direção da escola, com os diretores, na organização do cardápio escolar. E aí, neste sentido desse cardápio, essas questões que você colocou, esse biscoito, o doce, são itens que já estão saindo da rotina alimentar regular da alimentação das crianças e dos jovens.

Colocando coisas mais nutritivas, mais saudáveis e balanceadas porque estão sempre acompanhadas pela nutricionista daquele grupo de escolas, cada superintendência tem aí um conjunto de escolas e essa nutricionista dá esse apoio à escola no sentido da organização do cardápio que é semanal. E aí, toda a troca vem sendo, se faz, pode-se fazer, mas no sentido de uma conversa e uma conversa orientada para essa qualidade da alimentação que se faz para as crianças, que se serve para as crianças, os estudantes e os jovens nas escolas, né?

Eu também gostaria de aproveitar um pouco, e aí eu vou no viés da... aí, desculpa. Hum?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [02:44:27]:** Zuleica.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Da Zuleica, desculpa, Zuleica. Eu vou aqui no viés da Zuleica, quando ela fala da importância de, ao abordar um tema específico, bullying, mas o que o bullying traz para dentro da escola? Ele traz o exercício da violência, do desconhecimento, talvez, das diferenças, do desrespeito às pessoas nas suas especificidades e naquilo que cada um tem nas suas diferenças. Então, a gente tem também uma ação educacional que compõe aí as políticas do estado, é um programa que vai discutir exatamente essas questões dentro da escola, que é o Programa de Convivência Democrática, né?

Ele propõe o quê? Que a escola, numa linha de trabalho transversal, porque isso não é específico de uma área, mas é de uma área, de uma integração, de trabalho dos professores das diversas áreas com os alunos, porque não é pensado única e exclusivamente por professores, na situação de colocar para, mas discutir coletivamente as ações que transitam aí na dimensão do diálogo, das experiências e da tolerância dentro da escola. E aí vai para a diversidade, para a diversidade e para as especificidades, aonde chegamos também na temática que foi colocada aqui, a questão do bullying, né?

Sobre o convite do material, estamos abertos, tá? Estamos muito abertos para essa boa conversa desse material.

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Muito bom, vamos marcar uma reunião para a gente, né? Vamos fechar isso numa reunião, eu acho que é bacana.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** É, a gente já, nós já fizemos, o estado de Minas fez uma compra e entrega de material didático, o kit pedagógico para os alunos esse ano. Inclusive, a gente até teve que parar um pouco,

que chegou na escola e está guardado, porque isso chegou no final do ano, a compra foi feita no início do ano pela eminência deste ano, a especificidade do ano eleitoral, está guardado na escola para aquela escola onde o diretor não conseguiu entregar ainda ano passado, para fazer essa entrega aos alunos só depois deste ano, 2019, que é a orientação que a secretaria passou, em decorrência da especificidade desse ano, mas para o próximo ano...

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Para o ano que vem. Opa, as nossas crianças e adolescentes agradecem e as famílias.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Vamos, vamos, podemos abrir, sim, uma boa conversa.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** O Ricardo falou uma coisa certa. Durante a Semana do...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Durante a Semana do Consumidor--

[falas sobrepostas]

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Não só para criança, nós também temos [ininteligível] semanalmente à feira de produtos que vêm da agricultura familiar.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Olha que bacana.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Um grupo toda semana vai, um preço acessível e que virou hábito, tem gente lá que faz a feira completa, tá? É toda sexta-feira, né, Daniela? [ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é, durante a Semana do Consumidor, que cai sempre na semana do dia 15 de março, que é o Dia Internacional do Consumidor, o Procon Estadual junto com a Funed, junto com a Rebrinc, com outras instituições que nos apoiam nessa divulgação da segurança alimentar, o Procon esteve... durante toda a semana, foram escolhidas algumas escolas e nós fizemos um trabalho com crianças do Ensino Fundamental.

E o que é mais interessante, o Ricardo falou que muitas vezes são os pais que, infelizmente, por motivos variados, não têm condições de dar uma educação alimentar, ou de segurança alimentar e nutricional, porque, na verdade, isso aí também é uma coisa que a gente deve ressaltar que não é tão comum as pessoas também se preocuparem com isso, né? E não só as classes mais baixas...

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** [ininteligível] trabalho.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Exatamente, a questão... dá trabalho, é. Então, o que foi falado pelas pessoas que participaram desse projeto foi a alegria das crianças e as crianças falando: quando eu chegar em casa, eu vou falar com o meu pai, viu, Zuleica? Vou falar com o meu pai, vou falar com a minha mãe porque eles me dão isso para eu comer. Então, quer dizer, uma mensagem no caderno, eu imagino que vai representar muito.

E com as ações que a gente está pretendendo fazer e que a Secretaria da Educação no nosso Projeto Procon Mirim sempre foram parceiros, a gente

fazer uma reunião e intensificar isso, eu acho que a gente consegue muita coisa.

Só passando então agora para o Hélivio. Você quer falar um pouquinho, Hélivio, sobre a questão da merenda escolar, a questão do bullying?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Essa questão do bullying e da merenda escolar, ela sai um pouco fora da órbita do conselho, né? Ele não faz esse tipo de resolução, esse tipo de normatização, nesse sentido, ela vai mais pela legislação federal, ou por leis que são passadas pela Assembleia e oriundas normalmente das diretrizes da Secretaria de Educação. Mas, obviamente, todo apoio que a gente puder dar nesse sentido, inclusive, na participação da confecção das normas, na participação dos processos é sempre bem-vindo.

A iniciativa, ela é fundamental para que a gente melhore, sim, os processos educacionais. Não só promova a segurança alimentar, mas promova o acesso alimentar, que eu acho que é muito mais importante do que a ideia da segurança, na atual situação que a gente está, o acesso é mais importante.

Eu estava brincando aqui, estava conversando com a Zuleica a respeito das escolas, de ter celulares dentro de sala, e eu estava lembrando para ela que nós temos escolas que os celulares são trocados por rádio controle direto com o chefe do morro, que não é... isso daí são realidades que a gente vivencia, que são diferenciadas e que têm que ser tratadas e trabalhadas, se a gente quiser uma sociedade melhor e mais justa.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Bacana, Hélivio, muito obrigado.

Você quer complementar? Eu peço a outra pergunta e você complementa na frente. Cristiane.

**SRA. CRISTIANE:** Boa tarde a todos, eu sou Cristiane, fiscal do Procon aqui de Belo Horizonte e a minha pergunta é para a Zuleica. A exigência da lista de material escolar no início aí de todos os anos, que eu já até vi uma reportagem do Procon Municipal uma vez, que os pais sabem que não são obrigados, porque já está incluído lá na mensalidade da escola, a escola sabe também que não é legal exigir esse material, mas que continua, até para não indispor a criança lá na escola, não ter uma situação constrangedora. Então, por exemplo, cinco colas bastão, três caixas de lápis de cor, como que é isso? É legal essa cobrança, essa exigência?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Deixa eu só, aqui está claro, então, que a questão é escola particular, né?

**SRA. CRISTIANE:** Particular.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Não é pública. Só dando assim uma visão rápida, se a Zuleica depois pode complementar. Mas a ideia é que a lista de material didático escolar, ela tem que ser compatível com aquilo que o aluno vai usar individualmente ao longo do ano e não pode conter, isso é uma diretriz, não pode conter dentro dela produtos que são utilizados pela secretaria da escola, por exemplo.

Por quê? Porque o material, como material de higiene, papel higiênico, desinfetante e outros produtos que são de uso da escola mais diretamente e que não são de uso individual do aluno, esses produtos não poderiam estar na lista. Por quê? Porque eles já são remunerados pela mensalidade escolar. Só fazendo acho que esse intróito, que eu acho que... fique à vontade, Zuleica.

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** A orientação que a gente vem dando já há muito tempo é não ter lista de material coletivo. O que a escola deve colocar, isso a gente bate muito nas escolas, é lógico que ainda tem escolas,

principalmente algumas escolas ainda muito pequenas, às vezes que cobra uma mensalidade muito irrisória, às vezes estão em periferias e demandam algum outro procedimento que foge totalmente da regra, mas, em geral, em geral, a orientação, e as escolas vêm cumprindo com essa orientação. Eu me lembro, se a gente fizer um retrospecto das listas de materiais que nós recebíamos dos nossos filhos há 20 anos atrás (sic) ou até mesmo dez anos atrás, eram quilométricas, né? Hoje, não.

Vocês podem observar que quando você recebe a lista, é o necessário para o seu filho, você vai levar o material de uso individual. Todo material de uso coletivo é a escola, é obrigada a providenciar. Vai ter um trabalho em sala de aula, precisa de folha de papel ofício, antigamente, eu me lembro, quando meus meninos eram pequenos, a gente levava pacote de papel A3, pacotes. Isso na escola é proibido hoje, isso, a escola, o trabalho é na sala, é coletivo? A escola é que fornece. A orientação do sindicato é totalmente contra qualquer escola que coloque na sua lista material que é de uso coletivo.

A gente estava repensando até a questão... até do que é o próprio necessário, gente, a gente tem repensado nessas listas, as escolas todas, hoje, o interesse da escola é quanto menos der custo para o pai, melhor. As escolas estão preocupadas com isso, todas. Os movimentos [ininteligível] sindicato, a gente percebe isso, que as escolas estão preocupadas de quanto menos fazer com que o pai gaste para manter o seu filho ali naquela escola, que a gente já sabe que já tem a mensalidade, que para muitos ainda é pesado, a gente sabe disso, todo mundo sabe, né?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é, o Flávio agora. Como é o seu nome?

**SR. NILSON:** Nilson.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** O Nilson vai entrar aqui, então como o quinto, o quinto da lista. Vamos lá para o Flávio, depois a gente vai na Juliana e depois o...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [02:55:21]:** O Flávio acho que foi embora.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É Nilson mesmo?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** O Flávio foi embora.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Flávio saiu? Então, a Juliana. Nilson. Depois o Nilson.

**SRA. JULIANA:** Bom, boa tarde, o meu nome é Juliana, eu sou estudante de Direito e a pergunta que eu gostaria de fazer é saber qual é o limite da faculdade em relação à cobrança de valores por matéria, como, por exemplo, pode a faculdade ofertar uma matéria cuja carga horária é a mesma que a de outras por um valor bem abaixo, como, por exemplo, cerca de 500% abaixo do valor, para o mesmo semestre letivo? E se não, o que fazer? O que os alunos que estiverem nessa situação podem fazer para evitar esse tipo de diferença, né?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fiquem à vontade aí, a Secretaria de Educação, o Conselho, né?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ah, é curso superior? Então é o conselho, pedir ao Hélio para...

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Em relação a essa...

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Questão da carga horária, não é isso? Você tem uma carga horária--

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [02:56:34]:** É preço, o negócio dela é preço.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É uma mesma carga horária? Detalha, por favor para a gente, para ficar bem...

**SRA. JULIANA:** A situação que está acontecendo é a seguinte: é cobrar um preço bem abaixo do que praticado em outro semestre, ou então para o mesmo semestre, né? As vezes o aluno já puxou uma matéria que está em dependência e está sendo cobrado um valor, um determinado valor, só que depois a faculdade fez uma promoção com um valor 500% abaixo do valor que outros já estão pagando, entendeu?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Olha, nesse caso, assim, não é regulação do conselho estadual porque isso daí foge, essa órbita aí já é uma relação mais de consumo, é muito mais uma relação com o Procon. Mas, nessa questão, em relação ao direito do aluno, ao direito do estudante ou ao direito da escola em colocar o preço no seu produto, ou colocar o preço na sua aula e fazer promoções da aula, como você mesma está dizendo, esse direito existe.

A escola pode, sim, durante um determinado período que ela queira, por exemplo, vamos supor que ela tenha um grande represamento numa disciplina, e ela quer que esses alunos adiantem essa disciplina, ela pode fazer uma promoção para tentar com que esses alunos cursem essa disciplina naquele período. Ou se naquele período ela tem uma convergência dessa disciplina com outros cursos, que vai gerar uma economia de escala para ela na oferta, certo? Ela também pode fazer isso. Agora, o aluno pode fazer ou não, né?

**SRA. JULIANA:** Tá, mas--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Juliana, só para... acho que é importante para a gente entender. Você tem uma disciplina semestral, é isso que você falou?

**SRA. JULIANA:** É, onde eu faço--

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Curricular.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Você tem uma disciplina que a pessoa ficou em dependência, foi isso?

**SRA. JULIANA:** Não, isso são situações que estão acontecendo com--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Acho que você podia colocar o caso concreto, o caso concreto para a gente ter uma visão real exatamente para te responder, porque se a gente fica assim em tese, a gente não consegue--

**SRA. JULIANA:** Não, o caso concreto é esse. Está sendo ofertada uma mesma disciplina por um valor bem abaixo e não deu oportunidade que esses alunos que puxaram a matéria participassem dessa promoção, porque--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Em que momento que foi cobrada, foi feita a promoção? Quanto tempo depois de a pessoa ter se matriculado?

**SRA. JULIANA:** No mesmo mês, no mesmo mês. Por exemplo, eu acho que o correto seria a faculdade--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Agora, o valor que foi cobrado, o valor que foi cobrado pela disciplina, ele é igual ao das outras?

**SRA. JULIANA:** Não.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ou ele teve um acréscimo?

**SRA. JULIANA:** Não, tem gente, quem puxou antes dessa promoção, está pagando, por exemplo, uma carga horária de 60 horas, está pagando R\$ 2 mil. E essa mesma matéria, com 60 horas, pagando 300 reais. Então, é uma promoção geral, para todas as matérias que a faculdade faz.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E qual é o motivo dessa promoção, pelo que você percebe? Tem uma razão lógica, econômica?

**SRA. JULIANA:** Seria englobar o maior número de alunos na promoção, só que o que está errado, a meu ver...

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Isso.

**SRA. JULIANA:** É que a faculdade, ela tem que lançar essa promoção e dar oportunidade para todos fazerem, assim, tem que abrir o espaço para todos participarem dessa promoção. Porque, no início do semestre, do ano letivo, e não depois que alguns já puxaram a matéria, pagar um valor absurdamente muito maior do que outros.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ok. Então, na prática, você terá no primeiro mês do curso, da disciplina, você terá um aluno pagando R\$ 2 mil e outro pagando 300 reais...

**SRA. JULIANA:** Isso.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E que vai seguir até o final do semestre, seria isso?

**SRA. JULIANA:** Isso, correto.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Vai continuar, quem contratou antes da promoção vai pagar R\$ 2 mil pela disciplina.

**SRA. JULIANA:** Correto. Correto.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E quem contratou depois vai pagar 300. E essa diferença vai continuar nos meses subsequentes até o final do semestre. É isso?

**SRA. JULIANA:** Isso, isso, para o semestre, para o semestre, eu não sei se o segundo semestre letivo vai ser, vai continuar com essa promoção, não sei.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** O que eu quero te sugerir é que você converse conosco depois aqui do evento, e aí nós vamos te dar um atendimento que vai ser individualizado para essa questão, ok?

**SRA. JULIANA:** Ok, obrigada.

**SR. NILSON:** Boa tarde a todos, meu nome é Nilson. A título de esclarecimento, eu sou analista de prestação de contas do estado no SRE e a Caixa Escolar, ela não pode adquirir produtos para os alunos, é proibido por lei, tanto na lei federal quanto na legislação estadual. O que pode ser feito é cartilhas educativas fazendo a promoção do evento que vocês querem fazer, no caso de informação. No caso dos cadernos, infelizmente, a legislação não permite, nem pelo estado nem pela União, a legislação, a nova 3.670, que foi de dezembro agora, não permite isso, como as anteriores também federais não permitem a compra de material para alunos, isso é proibido por lei.

[falas sobrepostas]

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Qual é a lei?

**SR. NILSON:** Você tem a Lei nº 3.670, de 28 de dezembro de 2017 e a Lei nº 1.566 de 99. Lei das Licitações.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** [ininteligível] esclarecimento aí fala a Caixa Escolar.

[falas sobrepostas]

**SR. NILSON:** As Caixas Escolares. A escola não pode adquirir coisas específicas para alunos.

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** A escola não pode adquirir coisas específicas para os alunos, material didático, uniforme, qualquer coisa e que venha com timbres, com menções "Caixa Escolar", não é isso? Bom, você está falando isso por causa da proposição que foi colocada?

**SR. NILSON:** Sim. Estou sim, é porque a Caixa Escolar e a legislação não permitem isso.

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Deixa eu só colocar para o senhor. O art. 1º da Lei nº 11.824, de 6 de junho de 95, o que ela diz é que nas compras do estado, de cadernos para as escolas públicas, ela menciona que o estado possa fazer campanhas educativas na capa do caderno. Ela até menciona que poderia ser adquirida pelo Tesouro do Estado, pelo estado, ou pela Caixa Escolar.

O que o senhor está dizendo se refere à Caixa Escolar, a gente vai até depois verificar isso, mas, de qualquer jeito, a proposta seria com o estado. Ok? Sr. Nilson. Agora, tem mais alguém querendo fazer perguntas? Ué, aumentou agora o pessoal, é sempre assim, né? A pergunta, quando começa, aí anima. Seu nome?

**SR. LUÍS:** Luís.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Luís.

**SRA. ZILÁ:** Zilá.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Zilá. Hein?

**SRA. CLEOMAR:** Cleomar.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Cleomar. Francisco. Então, nós vamos começar pelo Luís.

**SR. LUÍS:** Ok, obrigado, boa tarde. A minha pergunta é voltada para a escola particular na área superior. Hoje, com... existem grandes redes de instituições de ensino, onde a central geralmente fica em outro estado, em outro local. Os estudantes, eles ficam sem acesso nenhum à secretaria, sem acesso ao setor financeiro, e sempre ele assina um contrato, um contrato de adesão, onde ele não tem capacidade de argumentar com ninguém.

No meio do semestre troca um professor, ele talvez, ele até se matriculou por causa daquele professor, no meio do semestre troca aquele professor, passa para outro professor e ele continua sem poder fazer nada porque ele não tem acesso ao setor administrativo, porque fica em outro estado, e todo o serviço é feito via SAC.

Prejudica a individualização do aluno, e eu queria saber o que o conselho pode fazer, o que o conselho faz sobre isso, qual é o controle, o porquê dessa possibilidade de ser tudo em outro estado, ao contrário do que é na educação pública, aonde você vai lá na secretaria, encontra com o diretor, com o secretário, com o coordenador.

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** O conselho, em termos de Ensino Superior, ele regula só as instituições do estado, então é a Universidade Estadual de Minas Gerais, a Unimontes, que é a Universidade de Montes Claros, é a Escola de Governo, a escola da Fundação João Pinheiro, que estão vinculadas. As outras escolas são reguladas pela MEC, pela SESu(F), pela Secretaria de Ensino Superior.

Você pode entrar no site do MEC, no site do Inep também, que é o Instituto Nacional de Pesquisas, e fazer a sua reclamação, fazer a denúncia a respeito do que está acontecendo na escola. Porque há diretrizes, tanto do MEC quanto do Inep, que você também pode pesquisar no site do MEC, que dá o que a escola tem que fornecer, quais são as obrigações legais da escola para fornecer para os seus alunos, certo?

Todo esse processo, a escola tem, para ela ter autorização, para fazer curso fora de sede, para ofertar curso em algum lugar, principalmente se ela não for universidade, porque nós temos três esferas: tem universidades, centro universitário e faculdades isoladas, cada uma tem uma legislação específica federal. As universidades têm uma liberdade maior de criação de cursos, bem como os centros universitários e as faculdades isoladas, não. Para qualquer processo de autorização de curso, eles têm que fazer uma solicitação ao Inep, que vai mandar uma comissão que vai analisar *in loco* as condições de oferta do curso e vai autorizar ou não.

Nesse processo de autorização, uma das coisas que se olha é exatamente a questão da secretaria, o acesso à informação, como que ele é feito, tá certo? E fora disso, depois também, vem os processos de reconhecimento, que aí também vem uma comissão fazer o reconhecimento do curso depois que ele é ofertado, quando está formando a primeira turma, vem fazer o reconhecimento do curso para então o diploma ser emitido de forma legal, tá? Todo esse processo de regulação é feito na esfera federal no Ensino Superior, exceto nas entidades estaduais que são do Conselho Estadual.

No Conselho Estadual, eu posso te garantir que isso não ocorre, tá? Nas universidades estaduais, isso não ocorre, apesar delas estarem em várias cidades, espalhadas em várias cidades, ser *multicampi*, cada *campi* tem a sua unidade administrativa, os alunos têm acesso a todas as informações e é um canal fácil de informação, tanto dos alunos, não só com as universidades, como com o conselho e com a secretaria que regula o Ensino Superior.

Eu te aconselharia a fazer essa pesquisa maior no MEC e no Inep e procurar as esferas para que você possa então reclamar da instituição, já que você não está tendo acesso, tá?

[falas sobrepostas]

**SRA. DANIELA:** HÉlvio, eu posso completar a pergunta do Luís, né?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Pode.

**SR. LUÍS:** Isso.

**SRA. DANIELA:** Uma dúvida aqui que me veio, inclusive é por conta de demandas que aportam no Ministério Público. O Conselho Estadual de Educação, ele não tem nenhuma gerência, nenhuma atuação nos cursos, por exemplo, de educação a distância, quando são ministrados no território do estado? Não precisa passar nada pelo conselho?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Quando são cursos de ensino a distância que são vinculados ao Ensino Médio, ao Ensino Fundamental, os técnicos, todos passam pelo conselho. No nível superior, não, todos passam diretamente pelo MEC, tá? Exceto os que são das universidades estaduais, aí eles passam pelo conselho. O conselho tem autonomia para analisar a Educação Superior no estado das instituições do estado, as instituições que não são do estado são todas reguladas pelo MEC.

Agora, há, inclusive, isso quando eu disse na fala anterior, no início da apresentação, que houveram portarias, que desregulamentaram várias coisas, uma das desregulamentações foi exatamente na educação a distância, certo? Onde se deixou de exigir, por exemplo, a verificação dos polos assistenciais de ensino a distância. Então quando você vai autorizar o curso, você vai na sede, você não precisa mais fazer a visita aos polos, né? Certo?

Então, foi no apagar das luzes do ano passado que saiu essa portaria nova e também foi feita uma mudança nos instrumentos de avaliação. Eu falo com propriedade porque eu avalio, então foi feito, e essa mudança também, ela, de certa forma, digamos que ela liberalizou muitas coisas e criou critérios mais subjetivos, vai ficar mais difícil, com certeza, a atuação de vocês nessa área.

**SRA. DANIELA:** E para o Ministério Público tem aparecido, por exemplo, dentre outras questões, uma relacionada com mais frequência, a validade desses diplomas.

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Uhum.

**SRA. DANIELA:** Principalmente nos processos de designação da rede estadual de ensino, vocês devem ter tido esse problema muito, né? E porque, de fato a fiscalização, ela é muito precária, né?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Ela, inclusive deixa agora, a legislação flexibilizou no sentido de você adotar o tutor como docente, né? Então, tem algumas coisas que são complicadas.

**SRA. DANIELA:** Dr. Amauri, se o senhor me permite, já que a gente está falando do consumidor, isso aqui é uma ótima oportunidade para desenvolver a consciência do consumidor em relação a esses serviços, né? Porque o consumidor precisa saber qual que é o serviço que ele está contratando, porque esse serviço de Ensino Superior, ele pode não reverter os benefícios que vocês, que o aluno está imaginando que vai ter, né? Então assim, é muito importante essa consciência do consumidor.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é, e eu queria pegar um gancho aqui na pergunta da colega. Diante dessa preocupação que o Procon, o Ministério Público tem com relação às autorizações, eu queria fazer uma pergunta para o HÉlvio que é o seguinte: a gente tem como pesquisar no site

do conselho, seja ensino... Educação Infantil, Fundamental, Médio ou Superior, a gente tem como consultar as instituições de ensino que têm autorização para funcionar em Minas Gerais? Aí se a Valdêmia quiser complementar.

[falas sobrepostas]

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Eu vou explicar como que funciona, é, vou explicar como que funciona e volto para Secretaria de Educação para você entender como que funciona essa regulação. Quando você quer abrir alguma coisa, alguma instituição de ensino no estado, nos níveis Fundamental, Médio, Infantil, a primeira coisa que você faz, você pede uma autorização à Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação então, ela vai fazer através das suas regionais, vai fazer uma avaliação, vai fazer uma visita *in loco* e vai elaborar um relatório, certo?

Esse relatório então é submetido ao Conselho Estadual de Educação, a gente então vai fazer uma análise técnica desse relatório, vai ver se aquele relatório está correto, se a instituição é idônea, se tem algum critério que inviabilize aquela abertura. Não tendo isso, a instituição, então, ela, ou é autorizada a funcionar dentro desses parâmetros que a própria secretaria passou, que é uma resolução que o conselho tem, inclusive está em reforma, mas então a instituição é autorizada a funcionar.

Autorizada pelo conselho, a instituição vai novamente na secretaria, a secretaria vai receber esse parecer do conselho, vai emitir, então, uma portaria que vai ser publicada, tá certo? É aí a escola ganha um número, ganha todo o registro legal dela e vai começar a funcionar. Inclusive, esse tipo de processo que a gente passa aqui faz com que Minas tenha muito menos problemas em termos de escolas que são autorizadas a funcionar e depois não dão andamento e continuam funcionando irregulares e ilegais. Aqui eu posso dizer que a ilegalidade no estado é baixíssima, se existir, exatamente por causa desse critério, ele só recebe autorização depois que passa por todo esse processo, certo?

No Ensino Superior não, no Ensino Superior, aí o processo entra com o pedido do MEC, autorização do MEC, para poder fazer, aí vai ser julgado tudo na Ceres, no Inep, vai ser... e aí vai vir uma comissão também autorizar, mas o processo é todo gerenciado por Brasília no processo federal.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Aí eu pergunto o seguinte: eu como consumidor, eu posso entrar no site para ter as escolas que são autorizadas?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Ah tá. O site do conselho, ele está sendo atualizado agora. O site do conselho está bem defasado, tá certo? Como eu disse para vocês a questão do estado, de verbas, uma série de coisas, o site do conselho está muito defasado, a gente está atualizando ele, e creio que agora dentro de, no máximo, um a dois meses, ele vai estar atualizado e a gente vai ter acesso às portarias que a gente emite, né? As portarias que a gente emite autorizando as escolas ou reconhecendo as escolas.

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Mas não podia ter um cadastro? Um cadastro, né?

**SR. HÉLVIO DE AVELAR TEIXEIRA:** Agora, uma listagem ou cadastro, esse cadastro está na Secretaria de Educação, ela tem esses dados.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Está no site?

**SR. MARCO ANTÔNIO DE RESENDE:** Sim. É. Está no site. Entrando no site da Educação, logo acima tem assim "buscar", aí você coloca o número da portaria, que eu havia dito para vocês, tanto os pais ou responsáveis, eles

têm o direito de solicitar ao secretário da unidade de ensino ou o diretor, o número da portaria que concedeu autorização de funcionamento da unidade de ensino, com os níveis propostos. Então, julgando para lá de 2008 para cá, nós conseguimos já lançar isso no sistema, você tira a portaria bonitinho lá.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Não seria mais fácil colocar os municípios para o consumidor saber dos municípios?

[falas sobrepostas]

**SRA. VALDÊMIA BARBOSA DE ALMEIDA MOREIRA:** Tem o município.

**SR. MARCO ANTÔNIO DE RESENDE:** Sim. Não, a gente, pela busca está--

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É porque o consumidor não vai ter o número da portaria, né? Podia botar assim, município--

**SR. MARCO ANTÔNIO DE RESENDE:** Podemos melhorar essa questão de busca, né?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Isso, eu acho que podia, seria importante, né?

**SR. MARCO ANTÔNIO DE RESENDE:** Uma sugestão aí.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Por município, que a pessoa está no município, né? Por município, aí clicando no município vê o nome das escolas, né? Eu acho que seria, para o consumidor seria--

**SR. MARCO ANTÔNIO DE RESENDE:** Sim, é, a busca dá para fazer pelo número da portaria e pelo nome da unidade de ensino também. Pelo nome e ensino.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** O que é bom é o consumidor que está no município X, ele quer se matricular no estabelecimento, ele clica lá e ele vai ver todos os estabelecimentos e de repente procura aquele que seja, se algum outro que não está ali, né? Aí ele já vai ver logo: ó, esse aqui não está aqui, não, então, tem problema, né?

**SR. HÉLVIO DE ALENCAR TEIXEIRA:** Essa questão da informação [ininteligível].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Mas tá bom, acho que valeria o esforço, para a gente informar melhor. Zilá.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [03:17:02]:** O consumidor não sabe, né?

**SRA. ZILÁ:** Eu sou secretária de uma escola particular aqui de Belo Horizonte e eu resolvi fazer a pergunta para a nossa promotora ligada à Educação, porque tem uma preocupação muito grande que vem crescendo a cada dia que é a questão da judicialização da escola, que está crescendo a cada dia. Esse ano, até setembro do ano passado, foram 5.831 liminares na Justiça que os pais estão entrando para tudo e qualquer assunto.

Então assim, isso vem crescendo, principalmente quando falta vaga nas

Umeis e eles têm um pouquinho mais de esclarecimento, entra com advogado, entra com a liminar e vai lá e pega vaga nas Umeis. E nas escolas particulares, nós temos todas aquelas legislações, que é o regimento, que é a proposta, tem toda a legislação que a gente vem seguindo, bastante fiscalizadas e o pai entendendo que é um direito líquido e certo, ele entra com a liminar na Justiça e o juiz, o magistrado, simplesmente libera a liminar, "cumpra-se". O aluno vai para aquele lugar que o pai pediu, a gente pode recorrer em 15 dias, volta com o aluno que aí que o magistrado: "Ah, é assim que funciona?". Aí volta atrás e o aluno volta para aquela questão, jogando daqui para ali.

**SRA. DANIELA:** Na rede privada, a judicialização é para que casos específicos assim?

**SRA. ZILÁ:** Por exemplo, nós temos um edital de seleção, onde a gente coloca que no sexto ano nós não temos vaga para o turno da manhã, só temos vaga para o turno da tarde. O pai entende que o aluno tem que estudar de manhã e não teve vaga para ele trocar de turno, ele entra na Justiça para trocar de turno. E é sempre por troca de turno.

O pai viaja com o aluno para visitar um aniversário de 90 anos da avó em São Paulo no dia de uma prova e ele quer chegar e requerer uma segunda chamada daquela prova. O colégio não defere, ele entra na Justiça, o promotor, o juiz manda aplicar aquela prova, ferindo todo o regimento. E aí assim, está sempre o magistrado entrando com as liminares e mandando cumprir e a escola... sem ouvir o lado da escola, sem ouvir o lado das demandas da escola e do regulamento da escola.

**SRA. DANIELA:** Zilá, muito boa essa sua pergunta, porque essa é uma preocupação também do Ministério Público, porque a gente está falando de um direito, que é a educação, que para ser concretizado, ele precisa de serviços funcionando, né? E como acontece com a saúde, por exemplo, né? E a gente precisa ter, aprimorar o nosso diálogo, inclusive em relação a como funciona essa política pública, tanto em relação aos gestores, em relação às escolas particulares e como o sistema de Justiça, por que isso?

Porque a falta de comunicação gera um desconhecimento que leva, por exemplo, muitos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público também a absolutizar um direito, como se ele pudesse ser materializado num passe de mágica, e ele não é. Então, o que precisa acontecer? A gente precisa aprimorar essa interação porque precisa ter um confiança de que aquilo, principalmente quando se trata de poder público, né? Você falou das vagas nas Umeis, e isso é uma coisa muito importante para ser discutida. Por quê?

Educação Infantil, a gente está num processo de universalização no país, é um processo, que começou mais efetivamente em 2006, mas que veio lá com o plano nacional último, dizendo assim: olha, tem que universalizar para a escola e tem que ampliar gradativamente o atendimento em creche. O que significa isso? O gestor tem que ter uma política pública de expansão, que inclusive vá além do governo dele, tem que ser política de estado e não de governo.

E para isso, os órgãos fiscalizadores, dentre eles o Ministério Público, a gente precisa aprimorar o nosso trabalho em relação aos gestores para acompanhar se esse planejamento, ele é sério, se ele é efetivo ou não. Porque aonde ele for sério e efetivo, é preciso deixar ele acontecer, não é? É preciso, se houver, por exemplo, uma lista de espera com base em critérios objetivos, critérios idôneos de vulnerabilidade e essa expansão tiver um cronograma e isso estiver de fato acontecendo, isso precisa acontecer.

Porque o excesso de judicialização de demandas individuais, ele vai gerar um atropelo na gestão da política pública. Só que para isso, a gente precisa melhorar a nossa interlocução, a gestão da política, o executor da política, com os órgãos do sistema de garantia, sistema de Justiça. Na escola privada, isso é uma demanda muito recorrente da Educação Infantil por conta

do direito que veio, e de fato a educação, a Educação Infantil na creche, a partir de 0 a 3, ela já é um direito, ela é um direito a educação... e ela integra a educação básica, ainda não obrigatória, mas em processo de expansão.

Agora, o que não pode também é o gestor se omitir, não expandir nada e a demanda ficar, porque essa demanda, ela vai parar no Ministério Público, e ela tem que parar porque o Ministério Público também protege a educação, mas diante de uma demanda dessas, o Ministério Público precisa voltar para o gestor e saber como aquela política está caminhando. Porque se ela estiver caminhando bem, o Ministério Público precisa fomentar isso. Se ela não estiver caminhando bem, aí vai ter que proteger o direito de cada aluno que aparece na Promotoria, aí a gente corre o risco do excesso de judicialização.

Na rede privada, que foi o que você falou, que é de desconhecimento, porque nós temos leis que regulamentam, por exemplo, no estado de Minas Gerais, uma lei estadual que regulamenta o número máximo de alunos por turma, essa lei precisa ser respeitada, né? Então, se pela via judicial tem uma liminar determinando matrícula de um aluno num turno onde não há vaga, ela está desrespeitando uma legislação, mas por quê? Por um desconhecimento da complexidade de uma política pública que ela é extremamente complexa, extremamente complexa, a normatização dela é confusa, né?

A gente precisa então, a gente está num caminho aí de consolidação de forma de trabalho na educação, nos órgãos de fiscalização, inclusive no Ministério Público, e a sugestão que eu dou, essa é a base da diretriz que a gente vem dando, inclusive para os promotores do interior, esse diálogo com o gestor precisa acontecer e precisa ter uma relação e cobrar, porque quem gere é o gestor, ele foi eleito para isso. Ele foi escolhido [ininteligível] foi eleito, mas ele tem que gerir. Então, se ele não está fazendo uma gestão boa, que faça, mas não dá para a gente substituir papéis.

E com isso, a gente espera que a gente consiga aí, e conta com apoio de todo mundo também, para a gente aumentar a consciência em relação a isso, a gente amadurece as nossas funções. A educação assume as responsabilidades no que ela não estiver assumindo, o Ministério Público fortalece e amadurece uma forma de trabalhar e o sistema de Justiça, de um modo geral, também.

Então assim, eu proponho esse diálogo, sabe, assim, eu proponho que isso, vá... se vocês forem demandados judicialmente, que uma conversa com o juiz diante de uma única ação, ela vai evitar uma série de outras. Porque se o juiz compreender que ele está, que a demanda está adstrita a uma legislação própria, ele já vai barrar outras demandas individuais. Então, esse diálogo do sistema de Justiça com o gestor de política para mim é fundamental.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Cleomar.

**SRA. CLEOMAR:** Dr. Amauri, a minha pergunta é para o doutor, tá? A minha pergunta não tem a ver com a educação, mas tem a ver com saúde e consumo. Eu tive um problema na academia onde que eu malho e o problema lá é que tem um banner na porta da academia dizendo, tudo por... todas as modalidades por R\$ 79,90. E eu faço, a modalidade escolhida anteriormente era natação ou hidroginástica, e como eles colocaram tudo por R\$ 79,90, aí eu optei em fazer só o seco porque quando eu fui fazer o novo plano na academia, eles falaram assim, está excluído hidroginástica e natação.

Aí falei assim: Não, mas eu quero fazer essas modalidades por esse preço. Eles falaram assim: "Não, é outro preço, é R\$ 149,90, se você quiser". Eu falei assim: Não, mas eu quero pelo preço que está lá fora de R\$ 79,90, porque não tem discriminando que... vocês não especificaram que está excluído natação e hidro. Mas eles não explicitaram isso na informação, mas eu expliquei para eles que estava errado, que não existe legislação para aquela informação que estava exposta no banner exteriormente.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Um dos princípios do direito do

consumidor é o princípio da informação.

**SRA. CLEOMAR:** Isso, eu deixei--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Quem promete tem que cumprir.

**SRA. CLEOMAR:** Exatamente, eu deixei isso claro para eles.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Então, a mensagem publicitária....

**SRA. CLEOMAR:** Exposta. Uhum.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Desde que ela seja uma mensagem séria, clara, precisa, o consumidor tem o direito de exigir o seu cumprimento em relação à oferta.

**SRA. CLEOMAR:** Sim, sim, sim.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Se eles colocaram lá qualquer tipo de atividade por tanto, eles têm que manter, eles têm que cumprir, tá?

**SRA. CLEOMAR:** Sim. Eu falei para eles isso, mas eu não quis ficar desconfortável com a academia porque eu estou lá todos os dias.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é, eu acho que você deve, você deve... a gente pode conversar, a gente te dá toda a orientação...

**SRA. CLEOMAR:** Sim, sim.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Você conversa com eles, se você não conseguir resolver, você pode procurar na Casa do Consumidor, na Rua dos Goitacazes, nº 1.202, tem um posto de atendimento individual na Casa do Consumidor.

**SRA. CLEOMAR:** Tá. Sim. Uhum.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E aí o Procon Assembleia, que tem parceria com o Ministério Público, né?

**SRA. CLEOMAR:** Uhum.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ele faz o atendimento...

**SRA. CLEOMAR:** Certo.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E aí chama a empresa...

**SRA. CLEOMAR:** Aham.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E conversa com eles, mas eu acho que antes sempre vale, é bom dialogar...

**SRA. CLEOMAR:** Eu conversei.

[falas sobrepostas]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** A gente passa os fundamentos e

você... é o art. 35, né, Ricardo, do código, né, do CDC?

**SR. RICARDO AUGUSTO AMORIM CÉSAR:** Vinculação da oferta?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Da oferta. É o art. 35 do Código do Consumidor, mas eu preciso [ininteligível] a gente conversar com calma que a gente te dá essa orientação.

**SRA. CLEOMAR:** Sim, eu conversei com eles direitinho, eu expliquei a situação para eles, eu fui bem clara com eles. Para eu não ficar desconfortável com eles, porque eu estou lá todos os dias, eu falei assim: Eu não quero criar nenhum problema, para eu ficar tranquila e ir tranquila, porque saúde em primeiro lugar e também minha mente fica tranquila.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Com certeza, com certeza.

**SRA. CLEOMAR:** Eu falei assim: Eu não quero criar nenhum entrave para eu entrar na academia e nem nada. Então, eu estou lá, indo e fazendo só a parte do seco, porque o molhado eu não estou fazendo, por causa desse problema que eu estou tendo lá. Aí eu falei assim: Então, eu vou... eu fiz uma reclamação, já fiz, já fiz o protocolo aqui no Ministério Público, ainda não acompanhei, não vi o que deu ainda--

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Possivelmente, a sua reclamação vai para o promotor da área examinar o seu caso.

**SRA. CLEOMAR:** Entendi. Sei, eu entendi.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** De qualquer jeito, tem a assessoria jurídica, o Ricardo que atua na assessoria jurídica, a gente conversa com você logo após, tá bom? Ele te dá uma orientação mais individualizada, mais específica.

**SRA. CLEOMAR:** Entendi. Ah, entendi. Então bom. Então, tá. Obrigada, então.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Nada. Francisco.

**SR. FRANCISCO:** Boa tarde, não, boa noite, 18h10min, né? Meu nome é Francisco, sou estudante de Direito pela PUC Minas. A minha pergunta, ela vem em favor da coletividade dos serviços educacionais e direitos dos consumidores. Por Belo Horizonte, eu não consegui captar essas informações, mas a mim que no dia a dia trabalho ajudando as pessoas em tudo que esteja ao meu alcance, vem, sim esse pedido de informação de alguns municípios do interior e em favor da coletividade.

Então, nesse sentido, eu pergunto aos senhores, Drs. Promotores, Dr. Amauri, hoje estou inteirando o décimo certificado, viu, doutor? Décimo encontro que eu participo aqui com os senhores, tá?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Que bom. Que bom.

**SR. FRANCISCO:** Parabéns, nota 10, me sinto muito em casa aqui, tá?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Francisco é frequentador assíduo aqui dos cursos da escola.

**SR. FRANCISCO:** E a turma do governo do estado, eu gostei, da Secretaria de Educação, eu gostei do trabalho deles aí. Eu tenho 20 anos de esquerda, tá? E conheço a Dra. Macaé, secretária de Estado, estivemos juntos na semana do MP, tá?

Aqui, a pergunta em favor da coletividade é a seguinte. Isso é no interior, dá muito, principalmente que tem muita gente na zona rural, nos distritos, até chegar às sedes, é o seguinte. Eu gostaria... a primeira pergunta, são duas perguntinhas. A primeira pergunta: é assegurado por lei o direito ao transporte coletivo para os alunos das redes públicas municipais e estaduais?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pode fazer a segunda que aí já respondemos aqui em bloco.

**SR. FRANCISCO:** Se for assegurado, eu gostaria de saber, por que neste momento existem em alguns municípios do interior do estado, inclusive na minha terra natal, Ouro Preto, escolas paradas por falta de transporte coletivo. O que está acontecendo? O que nós podemos somar forças para isso resolver, se isso for assegurado por lei ou puder ser?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ok, Francisco. Vamos... a Mesa fica à vontade aí.

**SRA. DANIELA:** Eu vou começar e depois a Educação completa, né, Francisco? O transporte escolar, nós estamos falando, vou falar para você dos alunos da rede pública, né? O transporte escolar, como a merenda, o acesso ao material didático, são serviços suplementares de acesso à educação, né? Então, se o direito do aluno, que é de ter uma educação, uma escola, uma vaga em escola próxima da residência. Se ele não for possível de ser assegurado porque a dinâmica do sistema escolar, ela é muito complexa, e ela é móvel, precisa ser assegurado o transporte, porque ele é uma condição para ter acesso à educação.

Agora, o que acontece? Cada sistema de ensino é responsável pelos seus alunos. Então, a LDB fala lá: os alunos da rede estadual, eles são responsabilidade do estado, os alunos da rede municipal são responsabilidade do município. O que acontece na prática? Com muita propriedade, inclusive o estado de Minas Gerais é um estado muito grande, com zonas rurais muito extensas, e a rede estadual de ensino tem uma capilaridade muito grande porque ela está presente em todos os municípios do estado.

Então, o que acontece? Como uma forma de otimizar o serviço, uma forma de evitar duplicidade de gasto público, uma forma de racionalizar, na prática, o estado firma com os municípios que se comprometem, não são obrigados a isso, os municípios que aderem desde 2016, agora é através do Programa de Transporte Escolar, o PTE, o município adere ao programa e aí ele passa a receber uma contrapartida financeira para transportar os alunos da rede estadual.

Aí ele fica responsável pela execução do transporte, tanto dos alunos dele quanto dos alunos do estado, mediante contrapartida financeira, né? Isso, na prática, a gente precisa reforçar amarras que estão sendo feitas, isso precisa ir sendo amadurecido e melhorado, mas é essa a sistemática. E ela funciona, vou dizer, inclusive, vou ousar dizer que é a melhor maneira. Por quê? Porque o estado não tem condição física de executar transporte escolar nos 853 municípios, ele vai ter... ele não tem condição de fazer licitação, ele não tem, e distância, inviabilidade prática e também nós não podemos compactuar com uma duplicidade de custos. As vezes tem numa mesma zona rural alunos da rede municipal e da rede estadual, e aí vão rodar dois ônibus? Não, né?

Então assim, agora esse é o arranjo normativo, esse é o arranjo prático que é feito para o transporte escolar. Eu vou te sugerir uma coisa, se em Ouro Preto tiver essa demanda que você está falando, alunos sem transporte escolar, que, portanto, não estão conseguindo chegar à escola, o Ministério Público precisa ser acionado, tá?

[falas sobrepostas]

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [03:34:52]:** Você quer completar?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [03:34:54]:** Não. Foi muito bem-colocado.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Bom, eu acho que nós já estamos na hora, há pessoas aqui que têm outros compromissos. Eu queria agradecer muito a participação de vocês, a presença de vocês. Agradecer muitíssimo aqui, sabe, a ajuda de todos os palestrantes, que foram palestrantes que trouxeram para a gente muito conhecimento, e dizer assim, de uma forma bem tranquila e esperançosa, que é com esse diálogo que a gente manteve aqui e com as parcerias que a gente possa estabelecer para a frente, com reuniões, em que a gente possa ter um diálogo que seja profícuo, para resolver as questões, seja de escola pública, seja das escolas privadas, a gente conta com isso e a gente acha que isso é muito importante. Acho que esse evento, ele cumpriu todas as finalidades dele. Ok?

Se alguém quiser fazer as considerações finais, fiquem à vontade, mas senão... fiquem à vontade, fiquem à vontade.

**SR. HÉLVIO DE ALENCAR TEIXEIRA:** Bom, eu queria agradecer a oportunidade e dizer que o conselho está lá aberto à participação de todos, incluindo a parceria com o Procon é extremamente bem-vinda e profícuo, tá certo? Então, esperamos vocês lá.

**SRA. IVONICE MARIA ROCHA:** Bom, o que eu queria nesse momento é agradecer a todos, mais uma vez, né? Eu agradei no início e agradeço no final, porque a gente agradece a oportunidade e quando a gente chega no final do dia, a gente vê que valeu a pena. Valeu a pena estar com as pessoas, os órgãos oficiais, estar com a comunidade conversando sobre as questões que são comuns e de interesse de todos, que é a educação pública, seja lá... educação, seja particular, seja pública, independente da esfera que se oferta, é muito bom isso.

E nessa troca de experiências permitir a todos melhor conhecimento, tanto das caminhadas, das legislações, que são as normatizações, dos entraves, para que a gente possa também pensar juntos e ir melhorando cada vez mais. E o que eu achei mais significativo aqui hoje também é essa integração dos setores, o oficial com a comunidade, com a sociedade civil, tentando compreender, mesmo que seja viabilizado pelo Procon, principalmente, mas permitir que as pessoas possam compreender cada vez mais esse mecanismo de fazer a educação né?

Então, agradeço em nome do nosso Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado de Educação, a parceria, a participação, a atenção de todos e à Mesa também.

[aplausos]

**SRA. DANIELA:** Eu só, então, aproveito para me despedir, agradecer também, reforçar tudo que foi dito, agradecer especialmente ao Dr. Amauri pela gentileza do convite, para mim foi muito enriquecedor. Ainda estou pesarosa de não ter participado desde o início, mas o evento é gravado e nós vamos poder ter acesso a ele. Então, muito obrigada também pela rica discussão que a gente teve hoje e nós estamos à disposição, né, Dr. Amauri?

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Eu também já agradei, já cheguei agradecendo, continuo agradecendo, tá?

[risos]

**SRA. ZULEICA REIS ÁVILA:** Eu estou aberta, adoro parcerias, adoro conversar, adoro discutir os assuntos, principalmente quando são polêmicos,

porque é na polêmica que a gente encontra o norte para que todos fiquem bem resolvidos e felizes. Obrigada.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É isso aí, gente. Então, eu acho que declaro, então, encerrado esse... mais um Encontro de Consumo e Regulação. Muito obrigado.

[aplausos]

[falas sobrepostas]